UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

RAQUEL DE FÁTIMA CRUZ OLIVEIRA DUARTE

Sintaticização e semanticização da partícula de negação *rem* segundo a Abordagem Multissistêmica

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Módolo

De acordo:_____

(versão corrigida)

São Paulo
2012

Àquele que sabiamente disse:

“Não há limites para a produção de livros,

e estudar demais deixa exausto o corpo” (Eclesiaste 12.12b)

Sei bem o que é isso. Mas que pesquisar e estudar vale a pena, vale!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, porque d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas. Sem Sua Maravilhosa Graça, não seria eu quem sou nem chegaria onde cheguei.

Agradeço à mãe Fá, ao pai Mau e a vó Nadir, pelo amor incondicional, pela torcida e por compreenderem minha tão presente ausência em todos esses anos para que este sonho fosse possível.

Agradeço, outrossim, ao meu amore Rob, por estar presente nos bons e maus momentos, estendendo sua mão e acreditando em mim quando até eu mesma era incapaz de fazê-lo. Sem sua companhia, muitos momentos teriam sido piores de se enfrentar. De amigo até namorado, noivo e marido, sei que somos ‘juntos’ até o fim!

Agradecimentos, também, são devidos a minha família de Sorocaba e a de Campinas, pela torcida, pelo carinho e por cuidarem de mim, estivesse eu perto ou longe.

Agradeço à minha turma do IEL, mormente aqueles que ficaram, apesar do término da graduação e da distância e tempo passados: Ferzok, K, J, Dyd, Mesch (ielina por usucapião). Agradeço à Marta, também, pelas orações e amizade.

Mais do que merecido, agradeço ao meu Profe, que apostou suas fichas em mim e, sempre na tranquilidade e entre (sor)risos, cobrou muito além do que eu imaginava ser capaz de dar. Muitos sofrem nas mãos dos orientadores, mas posso dizer que o meu me foi presente dos céus!

Agradeço ao Prof. Dr. Rodolfo Ilari, por ter me passado o contato do Prof. Dr. Marcelo Módolo (meu Profe!) e ter contribuído para que esta dissertação tivesse a cara

que tem, fazendo parte da banca de minha qualificação (ainda que os erros continuem por minha conta e risco).

De igual importância é meu agradecimento ao Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho, por sua Abordagem, que ousa fazer o que ninguém fez (e, por isso mesmo, é por mim tão querida), seus apontamentos e críticas mais do que construtivas ao fazer parte de minha banca de qualificação, seu cuidado e pelas caronas até Campinas – horas em que os quilômetros eram poucos diante de tanto conhecimento passado de modo descontraído e despretensioso.

Agradeço à Profa. Drª Angela Cecília de Souza Rodrigues por ter me gerado e me acolhido na USP enquanto meu Profe não o podia. Agradeço, também, pela leitura e contribuições dadas, que me foram de grande valia enquanto mestranda e, ainda mais, em minha defesa.

Agradeço à Profa Drª Patrícia Prata, amor de pessoa – foi por seu intermédio que me apaixonei por latim e linguística românica e, sem seu incentivo, creio que jamais teria cogitado fazer este mestrado. Agradeço, também, pelas inúmeras contribuições na defesa, na qual demonstrou, mais uma vez, ser apaixonada pelo o que faz.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, ao meu querido amigo Thiago do Amaral, pela parceira e paciência no trabalho de graduação que deu origem a tudo isto e por me incitar a correr atrás de tudo.

Agradeço à IBRP e aos demais irmãos pelas orações, socorro e pelo Amor que recebi nesse conturbado, porém abençoado, tempo de minha vida.

E, por fim, ao CNPq agradeço pelo auxílio que me foi dado, meu sustento em tempos nos quais só fazia sentar e escrever, escrever e escrever.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 2

SUMÁRIO 4

RESUMO 6

ABSTRACT 7

RESUMEN 8

INTRODUÇÃO 9

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 11

1.1 O funcionalismo e suas várias correntes 11

1.1.1 Gramaticalização segundo Antoine Meillet 16

1.1.2 Funcionalismo de Michael K. Halliday 19

1.1.3 Funcionalismo de Simon Dik 21

1.1.4 Funcionalismo norte-americano da Costa Leste 24

1.1.4.1 Sandra Thompson 24

1.1.4.2 Joan Bybee 25

1.1.4.3 Paul Hopper 27

1.1.4.4 Talmy Givón 29

1.2 Abordagem Multissistêmica da Língua 31

1.2.1 Sistema complexo, teoria do caos e a língua 32

1.2.2 Língua, complexidade e caos e a Abordagem Multissistêmica 35

1.2.2.1 Postulados da Teoria Multissistêmica 37

1.2.2.1.1 A língua se fundamenta num aparato cognitivo 38

1.2.2.1.2 A língua é uma competência comunicativa 39

1.2.2.1.3 As estruturas linguísticas não são objetos autônomos 40

1.2.2.1.4 As estruturas linguísticas são multissistêmicas 40

1.2.2.1.5 A língua é pancrônica 42

1.2.2.1.6 Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos 43

1.2.2.1.7 Princípios de ativação, reativação e desativação na língua 44

2. FORMAS DE NEGAÇÃO NO PORTUGUÊS: REVISÃO DA LITERATURA _____47
2.1 A dupla negação no latim: *non nihil* = alguma coisa _____47
2.1.1 Um pouco de história _____48
2.1.2 Negação latina _____51
2.2 A dupla negação no português: *do que sabia nulha rrem non ssey*_____53
2.2.1 Os tipos de negação no português: ninguém não vê = todo mundo vê? _____55
2.2.1.1 Cânone versus usual _____55
2.2.1.2 Marcação, iconicidade e gramaticalização: um esboço _____57
2.2.2 Formas de negação: uma classificação _____63
2.2.2.1 Negação no plano discursivo: frases contrastivas e formas isoladas___66
2.2.2.2 Negação explícita: negação lexical e negação sintática_____67
2.2.2.2.1 Negação lexical _____67
2.2.2.2.2 Negação sintática_____69
3. SINTATICIZAÇÃO E SEMANTICIZAÇÃO DA PARTÍCULA REM _____75
3.1 *O Corpus* do Português de Davies e Ferreira e a nossa pesquisa _____75
3.2 Sintaticização de *rem* _____78
3.3 Semanticização de *rem* _____81
3.3.1 Polaridade negativa: quando o sim vira não _____85
CONCLUSÃO _____94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS_____96
ANEXOS _____101

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo discutir a sintaticização e a semanticização da partícula de negação *rem*, a partir de uma Abordagem Multissistêmica, que vem sendo desenvolvida por Ataliba Teixeira de Castilho — mormente em CASTILHO (2010). O tema proposto será pesquisado utilizando-se exemplos do Corpus do Português[1], de Davies e Ferreira, e pretende ser uma contribuição ao estudo da negação no Português, haja vista a falta de estudos mais detalhados sobre esse tema em específico. Mostraremos, também, a vitalidade dessa estrutura desde o latim até o português, dando conta de seu percurso sintático, que pode ser observado a seguir:

Res no latim significa "coisa": *Credula res amor est*[2] *(Ovídio);*
Nulla re, no próprio latim passou a significar "nada": *Nulla re una magis oratorem commendari*[3] (Cícero);
Nula rem no português arcaico significou "nada", "coisa nenhuma": *Quando el-rei viu que nom podia fazer em aquel cerco nula rem a sa honra*[4]*;*
Rem no português arcaico significou "nada", "coisa nenhuma": *Senhor, Deus, que sabe todalas cousas, a que se rem nõ esconde*[5]*.*

---

1 Acesso em http://www.corpusdoportugues.org/x.asp. Novembro,2011.
2 'O amor é uma coisa crédula'. Retirado de Saraiva, 2006, p.1028.
3 'Que nada recomenda mais o orador...' *Idem,* p.791.
4 'Quando el-rei viu que não podia fazer naquele cerco nada por sua honra.' Retido do *Corpus do Português.*
5 'Senhor Deus, que sabe todas as coisas, a quem não se esconde nada'. *Idem.*

ABSTRACT

The aim of this dissertation is to discuss the syntacticization and semantization of the Latin particle rem from the Multissistemic Approach (Abordagem Multissistêmica), which has been developed by Ataliba Teixeira de Castilho, especialy in CASTILHO (2010). The proposed discussion will use examples from Davies and Ferreira's Corpus do Português, and also contribute to further studies on Portuguese negation, once there is a lack of detailed studies concerning this specific subject. We also intend to show the vitality of this structure from Latin to Portuguese, handling its syntactic development, which can be observed as follows:

Latin Res means "thing": Credula res amor est (Ovídio);

Latin Nulla re, means "nothing (not a thing)" : Nulla re una magis oratorem commendari (Cícero);

Latin Nulla rem in Old Portuguese means "nothing (not a thing)": Quando el-rei viu que nom podia fazer em aquel cerco nula rem a sa honra;

Latin Rem in Old Portuguese means "nothing", "not a thing": Senhor, Deus, que sabe todalas cousas, a que se rem nõ esconde.

RESUMEN

El principal objetivo de esta tesis de Máster es discutir la semantización y la sintatización de la partícula de negación rem desde del Enfoque Multisistémico (Abordagem Multissistêmica), que ha sido desarrollada por Ataliba Teixeira de Castilho - sobre todo en Castilho (2010). Se investigará el tema por medio de ejemplos oriundos del Corpus do Português, de Davies y Ferreira, y podrá contribuir también al estudio de la negación en portugués, visto que faltan estudios más detallados sobre este tema en particular. También vamos a mostrar la vitalidad de esta estructura del latín al portugués, considerando su trayectoria sintáctica, como se ve abajo:

Res en latín significa "cosa": Credula res amor est (Ovídio);

Nulla re, el latín pasa a significar "nada": Nulla re una magis oratorem commendari (Cícero);

Nula rem en el portugués arcaico pasó a significar "nada", "cosa ninguna": Quando el-rei viu que nom podia fazer em aquel cerco nula rem a sa honra;

Rem en el portugués arcaico pasó a significar "nada", "coisa nenhuma": Senhor, Deus, que sabe todalas cousas, a que se rem nõ esconde.

INTRODUÇÃO

Tendo como gênese uma pesquisa na graduação, o presente trabalho nasceu há alguns anos, com estudos feitos acerca das negações presentes nas cantigas do período arcaico-português, mormente a partícula positiva *rem* que, acompanhada por negação, ganhava valor negativo.

Uma vez nascido, voltou seu olhar para as mudanças ocorridas nas línguas e, então, adotou a Abordagem Multissistêmica da língua (que vem sendo postulada pelo Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho) para tentar explicar como se deu a alteração de palavra positiva para negativa, vindo a desaparecer em algumas línguas (como o português) e subsistir em outras (como o francês, por exemplo).

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *Pressuspostos teórico-metodológicos*, fazemos um breve panorama histórico dos estudos linguísticos, dando maior destaque para o funcionalismo e caracterizando-o amplamente. Autores de várias correntes funcionalistas são resenhados, cada um apresentado segundo seus trabalhos mais significativos e fazendo contraponto com a Abordagem Multissistêmica, que é, logo em seguida, caracterizada. Os porquês da escolha dessa abordagem, em detrimento das demais, vêm explicados ao longo desse capítulo.

No segundo capítulo, intitulado *Formas de negação no português: revisão da literatura,* vemos que as negações duplas existem desde o latim vulgar – com valor diferente que tinham no latim clássico. Já no português, podemos ver que, junto delas, os falantes também se utilizam das negações canônicas pré-verbais e das negações finais. Todas essas ocorrências são vistas, neste capítulo, a luz de estudos feitos por estudiosos

da área, deixando transparecer que a dupla negação existe no português (e em outras línguas, como no caso do francês *ne...pas*) por um motivo já predito pelo *Ciclo negativo* de Jespersen (1917). Os demais tipos de negação implícita ou explícita, lexical ou sintática também são vistos nessa primeira parte desta dissertação.

Já no terceiro e último capítulo, intitulado *Sintaticização e semanticização da partícula rem*, começamos descrevendo o *Corpus do português,* utilizado para coleta de exemplos significativos, que serviram para demonstrar as variadas etapas de mudança sintático-semântica da partícula *rem*. Após a apresentação do *corpus*, mostra-se a etimologia de *rem*, na qual é possível ver traços negativos desde o latim (SARAIVA, 2006). Na sintaticização, é vista a questão da contiguidade sintática com negações, o que parece desencadear sua mudança de palavra positiva para negativa. Em um segundo momento, aborda-se o estudo da semanticização, trazendo à discussão a polaridade negativa, abordada por ILARI (1984), NEGRI (2006) e LIMA-HERNANDES (2008), demonstrando que *rem,* primeiramente, não tinha traços de negação, mas, por ocorrer com outras negações, acabou tomando para si o traço negativo, vindo a aparecer sozinho e com significado negativo.

Há, também, no final do trabalho, uma parte anexada, onde estão elencados todos os exemplos coletados no *Corpus*, bem como uma tabela na qual tentamos observar os ambientes de ocorrência do *rem.*

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Ao iniciarmos nosso estudo, optamos por apresentar os pressupostos teórico-metodológicos que existem por trás de nossa escolha, uma vez que, segundo Saussure (1917), é o ponto de vista que delimita o objeto. Eis que apresentaremos as diversas correntes do Funcionalismo, justificando o porquê da opção pela Abordagem Multissistêmica em detrimento de outras correntes funcionalistas.

Ao citarmos os estudiosos, buscaremos dizer o que cada um traz que não condiz com os princípios teóricos que adotamos e, no fim, apresentaremos a Abordagem Multissistêmica da Língua, de Ataliba Teixeira de Castilho, a qual tomamos como base teórica para o presente trabalho.

1.1 O funcionalismo e suas várias correntes

A línguística moderna tem como marco inicial, na Europa, Saussure e seu *Cours de linguistique générale*, no início do século XX. Antes dele, as pesquisas em linguística eram de caráter histórico-comparativo e, depois dele, os estudiosos passaram a enxergar a língua como um *sistema* – termo que, mais tarde, seria substituído por *estrutura* e passaria a caracterizar seus estudos.

O estruturalismo veio influenciar a Escola de Copenhague e o Círculo Línguístico de Praga, sendo esse último influenciado pelo psicólogo alemão Karl Bühler. Fontaine diz que Bühler foi o avalista filosófico do aspecto funcionalista do estruturalismo praguense

(FONTAINE, 1978). Ora, Saussure havia deixado de lado toda e qualquer atenção dispensada à função, a partir do momento em que distinguiu *langue* e *parole,* tornando a primeira objeto de estudo da linguística.

Martelotta e Areas (2003), citando Nichols (1984), trazem à tona, em seu trabalho, que a noção de *função* não é algo fácil, já que pode dizer respeito a um termo polissêmico, e não a um conjunto de homônimos. Continuam os autores dizendo que

> *Todos os sentidos do termo de certa forma se relacionam, por um lado, à dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio (estrutural ou não-estrutural) e, por outro lado, ao papel desempenhado por um elemento no processo comunicativo, ou seja, função comunicativa do elemento. (MARTELOTTA e AREAS, 2003, p.18,19).*

O estruturalismo não foi um movimento unificado e, segundo Dirven e Fried (1987 *apud* MARTELOTTA e AREAS, 2003), conforme a ênfase demonstrada à significação de *função*, podemos dividí-lo em dois grandes pólos: o *formalista*, segundo o qual a análise ressalta a forma linguística (deixando a função em segundo plano) e o *funcionalista,* em que se dá maior ênfase à função que a forma linguística desempenha no ato comunicativo.

Kato (1998) faz um paralelo entre o formalismo e o funcionalismo. Para a autora, assim como existe uma Língua – I e uma Língua – E para os formalistas,

> *Tal como na primeira concepção, a língua, na visão funcionalista, pode ser tomada como um modelo abstrato do mecanismo interno da mente responsável pela produção e percepção da língua ou, como na segunda, pode ser entendida como a descrição dos usos externos da língua* (KATO, 1998, p.145).[6]

[6] Não obstante, a autora diz, mais adiante em seu texto, que *é um erro (…) pensar que formalistas e funcionalistas não possam vir a trabalhar juntos em um mesmo objeto. Se é verdade que os funcionalistas trabalham com o uso da língua, em uma das visões de uso que vimos (a que utiliza*

Prosseguindo, diz Kato que o formalismo difere do funcionalismo em relação ao vocabulário descritivo primitivo ('categoria formal' para o primeiro, e 'semântico/pragmático' para o segundo) e também quanto *à forma da língua como sendo determinada pelo seu uso, postulado assumido pelos funcionalistas, mas negado pelos formalistas até o Minimalismo*[7] (idem, p.146).

Halliday (1985) dá-nos a diferença entre os dois modos de pensar sobre a língua, como podemos observar no quadro abaixo:

GRAMÁTICA FORMAL	GRAMÁTICA FUNCIONAL
Orientação primariamente sintagmática.	Orientação primariamente paradigmática.
Interpretação da língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares.	Interpretação da língua como uma rede de relações: as estruturas como interpretação das relações.
Ênfase nos traços universais da língua (sintaxe como base: organização em torno da frase).	Ênfase nas variações entre línguas diferentes (semântica como base: organização em torno do texto ou discurso).

(HALLIDAY, 1985 *apud* MEIRA *et alli*, 2009, p.13)

---

funções gramaticais como primitivos e princípios de processamento como meta) a gramática entra como componente central . Os estudos formais, por outro lado, vêm identificando outras funções, como as de tópico e foco e também os problemas de restrição de definitude. A diferença é que a identificação e definição são sempre de caráter estrutural e formal (KATO, 1998, p.162). Já Oliveira (2003) expõe, em seu texto, que *os formalistas criticam o funcionalismo pelo fato de ele incluir, nos seus estudos, fenômenos psicológicos e sociológicos, que fere o princípio da autonomia da Lingüística em relação às outras ciências* (OLIVEIRA, 2003, p.96). Segundo o autor, os fenômenos psicológicos e sociais relacionados à linguagem devem ser estudados, segundo a visão formalista, pela psicologia e pela sociologia, não cabendo à linguística dar conta deles.

[7] No texto original, há, aqui, uma nota remetendo o leitor para a última seção da revista em questão (D.E.L.T.A., vol. 14, nº especial).

Givón (1979) – cujo pensamento, na seção 1.1.4.4, veremos – nos diz que

> *(...) as sentenças isoladas e sua sintaxe estão em freqüente desacordo com a sintaxe encontrada na fala natural, não eliciada artificialmente, de tal forma que sérias dúvidas podem ser levantadas quanto à sua legitimidade e efetiva realidade, exceto como artefatos curiosos de um método particular de eliciação.* (GIVÓN, 1979, p. XIII *apud* KATO, 1998, p.159)

Por pensar a língua em seu funcionamento, o funcionalismo enxerga a língua como um instrumento de comunicação, como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas de diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical Uma oração solta, para o funcionalismo, não é tida como representativa, a não ser que se torne sabido seu contexto de uso.

Para Neves (2004), não é tarefa fácil definir o que vem a ser funcionalismo já que, segundo a autora,

> *(...) os rótulos que se conferem aos estudos ditos "funcionalistas" mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam. Prideaux (1994) afirma que provavelmente existem tantas versões do funcionalismo quantos lingüistas que se chamam funcionalistas, denominação que abrange desde os que simplesmente rejeitaram o formalismo até os que criam uma teoria. A verdade é que, dentro do que vem sendo denominado – ou autodenominado – "funcionalismo", existem modelos muito diferentes (NEVES, 2004, p.1).*

Podemos dizer, não obstante, que o princípio básico do funcionalismo é aquele que preconiza que a natureza das funções linguísticas determina a estrutura da língua. Os funcionalistas veem a estrutura da língua como descrita insatisfatoriamente caso não se considere o evento comunicativo; eles, também, realizam a integração entre a pragmática e a teoria gramatical.

No que diz respeito à dicotomia saussureana *sincronia X diacronia*, os funcionalistas adotam a concepção *pancrônica* de mudança, observando não apenas as relações sincrônicas entre os elementos ou as mudanças ocorridas ao longo do tempo, mas forças cognitivas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação e que se manifesta de modo universal, já que refletem os poderes e as limitações da mente humana para armazenar e transmitir informação.

Givón (1995) apresenta um grupo de premissas que caracterizam essa concepção:

- a linguagem é uma atividade sociocultural;
- a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas;
- a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica;
- mudança e variação estão sempre presentes;
- o sentido é contextualmente dependente e não-atômico;
- as categorias não são discretas;
- a estrutura é maleável e não-rígida;
- as gramáticas são emergentes;
- as regras de gramática permitem algumas exceções (ibidem).

A partir da década de 1970, nos Estados Unidos, o funcionalismo ganha força com nomes como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón, que passam a trabalhar com uma linguística de usos, observando a língua segundo seu contexto de utilização.

Para eles, a sintaxe está em constante mudança, pois em constante mudança estão os contextos discursivos em que ocorrem, e tem a forma que tem por causa das

estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva, devendo-se estudar a língua em uso, nos seus contextos discursivos, pois é aí que a gramática é constituída.

Porque vemos a língua ligada ao uso é que optamos, em nosso estudo, pelo Funcionalismo e, com essa ideia em mente é que apresentamos, a seguir, nomes aqui já citados e outros mais, com o intuito de dar um panorama dos estudos da área. Começamos, pois, com aquele que é considerado por muitos como o pioneiro (ao lado de Karl Vossler) sobre os estudos acerca da gramaticalização (de grande interesse para nós, neste trabalho).

1.1.1 Gramaticalização segundo Antoine Meillet

Antoine Meillet, em sua obra *Linguistique historique et linguistique générale*, de 1912, define gramaticalização como *l'attribution du caractère grammatical à un mot jadis autonome*[8] *(MEILLET, 1948 [1912], p.131).* Sendo assim, palavras de sentido pleno, tais como nomes, verbos e adjetivos, passam a funcionar como elementos gramaticais (preposições, advérbios e auxiliares), os quais podem, no futuro, tornar-se afixos, ou seja, o que ocorre é que *elementos lexicais se abstratizariam, perdendo propriedades, para formar elementos gramaticais* (MÓDOLO, 2004, p.87) o que, segundo Martelotta, *são os que organizam os itens do léxico do discurso: ligam partes do texto, identificam partes do texto já mencionadas ou por mencionar, marcam estratégias interativas, expressam*

[8] A atribuição do caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma (tradução nossa).

noções gramaticais como, por exemplo, tempo aspecto e modo (MARTELOTTA *et alli.*, 1996, p.46). Não obstante, essa separação entre itens lexicais e itens gramaticais vem sendo contestada por Ataliba Teixeira de Castilho em suas últimas pesquisas, porque, mesmo 'em estado de dicionário', segundo Castilho, as palavras já dispõem de propriedades lexicais, gramaticais, semânticas e discursivas.

Meillet apresenta a gramaticalização como instrumento da linguística histórica, visando dar conta das origens e complementando o campo etimológico e evolutivo da história das palavras. Com o passar do tempo, contudo,

> *(...) o caráter historicista da gramaticalização torna-se paralelo a outra forma de abordá-la: a partir de uma perspectiva sincrônica, que a concebe primeiramente como um fenômeno sintático, pragmático, discursivo, a ser investigado a partir dos padrões fluidos de uso da língua (GONÇALVES et al., 2007, p.24).*

Tendo sofrido influências de seu mestre – Saussure – em um período anterior ao curso de linguística em Genebra, Meillet permaneceu nos estudos comparativos do indo-europeu, ainda que com visão sobre a linguística geral. Sofreu também influência de Durkheim e preconizava que um *aluno ideal de linguística deveria ser um sociólogo com sólido conhecimento lingüístico e bem treinado na técnica lingüística* (CÂMARA JUNIOR, 1975, p.121).

Usando as ideias de Durkheim, para quem existem realidades sociais impostas à mente das pessoas, Meillet preconizava que a língua era algo desse tipo, já que sua estrutura é imposta, pela sociedade, ao indivíduo.

Para Meillet, segundo Câmara Junior,

> *(...) a afirmação de que toda mudança lingüística emerge do discurso individual é um truísmo sem significação uma vez que a inovação individual parte de uma corrente coletiva a qual o indivíduo dá vazão e que é espontaneamente aceita por seus ouvintes. Se a inovação individual não estiver de acordo com a corrente coletiva, é rejeitada, e recebe o que Meillet chama << A sanção do ridículo>>*(*idem, p. 122)*.

A partir da diferenciação das línguas de acordo com as classes profissionais, Antoine Meillet observava os diferentes significados que um vocábulo poderia ter segundo seu uso nas diversas classes sociais. Com o empréstimo linguístico de vocábulo de uma classe para outra (ainda com seus significados particulares), pensava o autor que isso ocasionava a mudança de significado desse vocábulo.

Grandes contribuições deu ainda Meillet aos estudos da gramática do indo-europeu e aos estudos comparativos das línguas, mas é como precursor dos estudos de mudança linguística que o citamos aqui, para, então, darmos continuidade aos nossos estudos. Porém, não o tomamos seus estudos como base teórica porque Meillet chamava de *gramaticalização* toda mudança ocorrida, o que não condiz com o que pensamos, já que observamos uma clara mudança semântica (semanticização) que pode ser descrita separada de uma mudança sintática (ou sintaticização).

Prosseguindo, passaremos a fazer uma breve descrição dos trabalhos do inglês Michael K. Halliday, notadamente um funcionalismo moderado que teve muita aplicação na linguística textual, sobretudo pelo seu "*Cohesion in English*" juntamente com R. Hasan.

1.1.2 Funcionalismo de Michael K. Halliday

Para Halliday, devemos-se estudar o uso que os falantes fazem da língua, já que são esses usos que fazem com que ela seja estruturada de uma maneira ou de outra. Ele nos diz, também, que há uma finalidade para a mudança linguística, já que a língua se adapta às necessidades humanas (estas nada mais são que a soma do ambiente com a interação dos indivíduos, resultando em uma organização textual).

O funcionalismo de Halliday, segundo Kato (1998),

> *(...) usa como ponto de partida não as funções gramaticais para descrever padrões sentenciais, mais sim funções de vários níveis como primitivos, incluindo-se aí as funções pragmáticas do tipo ilocucionário, procurando descrever como essas funções juntas determinariam a forma das enunciações. A visão é interativa entre níveis, mas os níveis que são enfatizados são os que têm a ver com a comunicação. Para Halliday, a unidade de estudo não é a sentença (unidade sintática), mas sim o texto, embora metodologicamente ele não consiga esquivar-se ao uso de unidades sentenciais em sua descrição e argumentação* (KATO, 1998, p.161).

O autor adota a dimensão cognitivo-sócio-cultural, o que o torna diferente dos demais estudiosos norte-americanos, que adotam uma perspectiva cognitivo-psicológica, esses, sim, candatários, em sua grande maioria, da semântica gerativista norte-americana. Para ele, ainda que não haja separação clara entre semântica e pragmática, a gramática funcional tende à semântica, já que é uma gramática de escolhas (ênfase no paradigma) e não de combinações (ênfase no sintagma).

Segundo Neves (1997), o modelo de Halliday vem sendo elaborado há mais de trinta anos: em 1961, Halliday tem sua versão da teoria sistêmica-funcional da língua; em

1966, o autor dá a essa uma base paradigmática; e em 1967, 1968 e 1973, o estudioso completa com a teoria das metafunções.

Sistema, para o autor, é usado no sentido que Firth deu de paradigma funcional, *mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha* (NEVES, 1997, p. 59). Trata-se, portanto, de uma linguística funcional sistêmica, ao contrário da linguística formal sistêmica de Saussure, Chomsky, etc.

Para Halliday, a teoria linguística possui duas alternativas: a cadeia (o sintagma) e a escolha (o paradigma) (HALLIDAY, 1963 *apud* NEVES, *ibidem*). Numa gramática sistêmica, há os traços (categoria paradigmática que relaciona um item com outros similares da língua) e funções (categoria sintagmática). *A consideração do sistêmico implica a consideração de escolhas entre os termos do paradigma, sob a idéia de que a escolha produz significado* (NEVES, *op. cit.,* p. 60); a gramática é, portanto, um mecanismo linguístico que faz ligação entre seleções significativas derivadas das funções da linguagem e as realiza de forma estrutural unificada.

Na obra de 1985, Halliday deixa de lado esse aspecto sistêmico da gramática e fala somente do funcional. Para o autor, uma gramática funcional é uma gramática natural, uma vez que tudo nela pode ser explicado, em último caso, segundo o modo como ela é utilizada. O sistema da língua vem dos usos que os falantes fazem dele, através das gerações.

Há, na língua, dois significados principais: o ideacional ou reflexivo, e o interpessoal ou ativo. Essas metafunções, para Halliday, servem para entender o ambiente (ideacional) e sua influência sobre os outros (interpessoal). Somado a essas

metafunções, aparece uma terceira: a textual. Cada elemento de uma língua é explicado segundo sua função no sistema linguístico em que opera. Nesse sentido, a gramática funcional é aquela que constrói todas as unidades de uma língua como configurações orgânicas de funções, e, assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo.

Desse modo, desse autor pudemos utilizar a ideia de língua como dependente do contexto em que está inserida, já que as variações ocorrem em dado contexto. As situações de mudança linguística, envolvendo gramaticalização, não recebem um tratamento específico no funcionalismo proposto pelo autor. Contudo, o autor dá ênfase à semântica, o que não condiz com nossa visão Multissistêmica da língua, em que não há hierarquia, antes um sistema complexo no qual cada parte age simultaneamente, podendo, às vezes, haver maior visibilidade de um sistema em detrimento do outro.

1.1.3 Funcionalismo de Simon Dik

Para Simon Dik (1989), a língua é concebida como instrumento de interação social entre (seres humanos), com o fim de estabelecer relações comunicativas entre usuários. O êxito comunicativo é seu principal interesse. Segundo o próprio autor, *a natural language, in other words, is seen as an integrated part of the communicative competence of NLU [natural language user]* [9] (DIK, 1989, p.3).

[9] Uma língua natural, em outras palavras, é considerada uma parte integrada da competência comunicativa de seu usuário natural (tradução nossa).

Dik estuda as expressões linguísticas de modo tipológico, pragmático e psicologicamente adequados e são duas as regras distintas do sistema linguístico: 1) regras que ordenam a constituição das expressões linguísticas – estas estão presentes (âmbito = dento do campo de ação) na gramática e na semântica, segundo Dik – e 2) regras que ordenam os padrões de interação verbal – nas quais se dá a utilização das expressões linguísticas – ou seja, na pragmática.

Segundo Braga (2008),

> *(...) o modelo de Dik, ao estabelecer que uma teoria funcionalista deva explicar as regras e os princípios nos termos de sua funcionalidade (1989: 4), pode trazer importantes resultados numa análise sincrônica, que trate dos produtos da mudança. Estudando-se um processo de mudança, contudo, o caráter teleológico da análise traz consigo problemas: podemos dizer seguramente que certo item mudou "e" adquiriu determinada função; não teríamos a mesma segurança, entretanto, para afirmar que o item mudou "para" assumir determinada função, já que elementos estruturais podem influenciar tanto quanto os pragmáticos na mudança, sem haver subordinação entre eles.*
> *Dessa forma, frente aos problemas decorrentes de se estabelecer como principal um dos subsistemas, temos mais motivos para, ainda numa perspectiva funcionalista, acreditar no que estamos nomeando como uma abordagem da língua como um sistema complexo (*BRAGA, 2008, p. 42-43).

Para Dik, o usuário da língua é muito mais que um animal dotado de capacidades linguísticas; há outras funções humanas muito mais elevadas que a função linguística envolve no ato de comunicação para que duas ou mais pessoas se façam entender. Juntamente com a capacidade linguística, atuam:

a) capacidade epistêmica: capacidade de construção, manutenção e exploração de uma base de conhecimento organizado;

b) capacidade lógica: tendo seu próprio conhecimento, o usuário, usando da lógica, é capaz de pegar parcelas de conhecimento do outro;

c) capacidade perceptual: capacidade de perceber o ambiente e, a partir dele, produzir e interpretar expressões linguísticas;

d) capacidade social: dada situação e dado interlocutor faz com que o usuário use da língua de certa maneira, atingindo objetivos comunicativos particulares.

Segundo Neves (1997),

> *Essas diferentes capacidades interagem estreitamente umas com as outras, produzindo cada uma delas um output que pode ser essencial para que as demais operem. Exatamente nesse sentido é que a gramática funcional é vista como uma teoria geral que diz respeito à organização gramatical das línguas naturais* (NEVES, 1997, p.77).

Na teoria funcionalista, para Simon Dik, os enunciados não são entendidos independentemente de suas funções; uma descrição completa inclui o resultado de todas as capacidades supracitadas. A expressão linguística é, portanto, apenas mediadora entre o que se quer dizer e o que se entende do que foi dito. Talvez ainda uma das correntes mais formalistas do Funcionalismo, longe ainda da proposta de Castilho que, por intermédio de análises finas, pretende capturar as mudanças linguísticas no campo do léxico, da gramática, da semântica e da pragmática.

Com uma visão distinta do funcionalismo europeu, o Funcionalismo norte-americano da Costa Leste constitui-se de um grupo relativamente homogêneo que tem se destacado pelos estudos sobre Gramaticalização e Sintaxe, autores que analisaremos a seguir.

1.1.4 Funcionalismo norte-americano da Costa Leste

Para os estudiosos norte-americanos, a língua, além de um instrumento de integração social (ponto de vista já adotado por alguns estudiosos já citados), é também passível de sofrer mudanças - ou gramaticalizar-se, no sentido mais amplo. A seguir veremos alguns desses estudiosos e suas contribuições para os estudos funcionalistas.

1.1.4.1 Sandra Thompson

Sandra Thompson, em *"That-deletion from a discourse perspective"* (1987) apresenta uma abordagem funcionalista que alguns consideram extremada. Para a autora, a concepção de Saussure de que a linguagem é tomada como um sistema de estruturas é desvalidada e o que ela defende é que a gramática pode ser reduzida ao discurso. Para Thompson, morfologia e sintaxe devem ser trabalhadas em uma morfossintaxe, e não como partes autônomas no estudo das línguas.

Juntamente com Matthiessen (1988), Thompson propõe que os processos de articulação de orações podem ser distribuídos ao longo de um *continuum*, em que temos o menor grau de dependência (parataxe), um estágio intermediário (hipotaxe) e um maior grau de entrelaçamento sintático (subordinação).

Por considerar que haja uma unidirecionalidade na mudança e que a língua pode ser reduzida apenas ao discurso, não desvinculando morfologia de sintaxe, os estudos da

autora se fazem contrários aos pensamentos que, mais tarde, defenderemos aqui: há autonomia entre sintaxe, semântica, discurso e léxico, agindo cada um conforme nos induz nosso aparato sociocognitivo.

Vejamos o que outros autores da Costa Leste nos dizem.

1.1.4.2 Joan Bybee

Segundo Huback (2003), *BYBEE, em diversos artigos, analisa profundamente o conceito de léxico mental, isto é, a forma como os falantes categorizam e armazenam as diferentes palavras no léxico.* Para esta, o que está em jogo quando se trata de léxico mental vai além do que preconiza a fonologia clássica[10], pois somos capazes de reconhecer vozes familiares ou saber, apenas pela voz, se determinada pessoa está alegre, triste, brava. Não se pode excluir, seguindo o raciocínio de Bybee, que o léxico mental exclua todo o detalhamento fonético, já que é este que nos possibilita comparar, categorizar e estocar itens.

Para Bybee, *frequency is not just the result of grammaticization, it is also a primary contributor to the process, an active force in instigating the changes that occur in grammaticization*[11] *(BYBEE, 2003a, p.602).* Olhar para uma sequência de palavras ou morfemas que aparecem com certa frequência na língua é perceber que esta estrutura foi gramaticalizada, sendo, portanto, automatizada como única unidade de processamento.

---

[10] Citando o exemplo de Huback: *Assim sendo, possuímos, em nossa mente, o fonema /t/, que pode se realizar foneticamente como [t]] ou[tS], de acordo com o segmento seguinte* (HUBACK, 2003).

[11] Frequência não é somente o resultado de gramaticalização, é também um contribuidor primário para o processo, uma força ativa que instiga as mudanças que ocorrem na gramaticalização (tradução nossa).

Para a autora, são cinco os aspectos evidenciais do papel da repetição num processo de gramaticalização:

(1) enfraquecimento semântico pela habituação;

(2) redução e fusão fonológica de itens;

(3) autonomia de uma construção;

(4) novas associações pragmáticas;

(5) forte inserção na língua

Para a autora, a frequência textual, também chamada de *token*, consiste no número de vezes que um item aparece em determinado texto ou *corpus*, podendo ser uma palavra, um morfema ou uma expressão. Já a contagem de determinado padrão, como a marca de passado *-ed* do inglês, é chamada *type*.

Em relação a construções gramaticalizantes, a frequência *type* pode apontar para a quantidade de itens lexicais com os quais podem ser usadas. Quanto maior for essa frequência é sinal que a construção deixou de ocorrer apenas em certos contextos para ocorrer em outros mais, ou seja, passou a sofrer uma generalização ou *generality*, outro nome que recebe esse tipo de frequência.

Retomando os cinco papéis da repetição, para Bybee, quanto mais generalizado é um item, mais ele tem seu significado apagado, tornando-se mais abstrato e ocorrendo em um maior número de contextos. Mas também é a repetição de um item que dispara o processo de generalização, já que nos habituamos a ele e nossa resposta a seu estímulo, em consequência disso, torna-se menor.

Cada parte constituinte de uma expressão gramaticalizante tem seu significado inerente ao de suas partes. Porém, o que sofre apagamento é justamente o significado das partes, o que leva a expressão à generalização.

Outrossim, os processos de inferência pragmática são um fator amplamente aceito no processo de comunicação. Quanto maior a frequência de uma construção em particular, essas inferências podem vir a se tornar parte do sentido da construção.

Bybee também trata de mudanças fonológicas, que levam ao enfraquecimento e à redução de formas, bem como três camadas de fenômenos crosslinguistic: mecanismos de mudança > caminhos universais de mudança > generalizações sincrônicas (Bybee, 2003b). Para a autora, possíveis são certos micro caminhos de mudanças, resultando numa variação de caminhos tomados e somente um estudo detalhado dos mecanismos por detrás das mudanças linguísticas criadoras dos sistemas gramatical e fonológico pode dar conta de descobrir o que é verdadeiramente universal nas línguas humanas.

Ainda que preconize a existência de um aparato mental por detrás das mudanças ocorridas nas línguas, Bybee não trata essas mudanças como sendo radiais, ponto de vista que defenderemos mais para frente. A radialidade pareceu-nos uma melhor opção, na medida em que *rem* sobrevive em línguas como o francês e o galego, com funções semelhantes ao português arcaico.

1.1.4.3 Paul Hopper

Na década de 1990, Heine e Traugott organizam a obra *"Approches to*

Grammaticalization", na qual Hopper apresenta "*On Some Principles of* Grammaticization". Nesse texto, Hopper descreve alguns princípios que, para ele, demonstram os diferentes momentos de um elemento que sofre gramaticalização.

Segundo Gonçalves *et al.* (2007), os objetivos de Hopper

> *(...) parecem ser o de suplantar as afirmações de Lehmann (1995 [1982]) e de Heine & Reh (1984), focalizando a gramaticalização em seus estágios mais incipientes, quando desenvolvimentos óbvios, tais como a fusão de formas em radical + afixo, ainda não ocorreram* (GONÇALVES et al.2007, p.79).

Hopper sugere, então, seus princípios, que são: Estratificação, Divergência, Especialização, Persistência e Decategorização.

O princípio da Estratificação ocorre porque há elementos na língua cuja função é similar ou idêntica. Quando elementos emergem em um domínio funcional, eles necessariamente não determinam o sumiço do que já vinha sendo utilizado, pelo contrário, muitas vezes há a ocorrência das formas antigas com as novas, existem várias camadas se sobrepondo, coexistindo. *They may be specialized for particular lexical items, particular classes of constructions, or sociolinguistic registers; they may have slightly different meanings, or simply be reconized as "stylistic" alternatives*[12] (HOPPER, 1991, p. 23).

A Divergência - ou *Split*, que é como Heine e Reh o chamaram (1984, 57-*9 apud* HOPPER, 1991, 24) -, tem como resultados pares ou múltiplos das formas que são etimologicamente comuns, mas não possuem a mesma função. Duas formas podem ser

[12] Eles podem ser especializados para itens lexicais particulares, particulares clases de construção, ou registros sociolinguísticos; eles podem ter significados ligeiramente diferentes, ou simplesmente serem reconhecidos como alternativas "estilísticas" (tradução nossa).

fonologicamente idênticas, como exemplifica Hopper com o *francês pas (negação) e pas (passo*), ou então deter uma relação tão opaca que é difícil recuperar, como a relação entre o artigo *indefinido a(*n), do inglês, e a *palavra* one, na mesma língua.

A Especialização, por sua vez, se refere à restrição das escolhas que podem ser feitas dentro de uma construção gramatical emergente. Um exemplo clássico para esse princípio é a negação do francês moderno, já citado no item 1.2.1 deste trabalho e detalhado em nota, na mesma parte.

Hopper diz que, durante o estágio de morfologização, a relação entre significado e história de uma forma gramatical pode ser opaca, mas durante estágios intermediários, essa relação pode ser feita, caraterizando, assim, seu princípio de Persistência.

Por último, durante a decategorização, uma forma pode perder marcadores opcionais de sua categoria, quando gramaticalizada, ficando tolhida quanto sua autonomia discursiva: "*formas como substantivo não são mais identificados como participantes de um discurso, formas verbais não mais referidos a novos eventos. Em vez disso, substantivos podem aparecer em papéis secundários, tal como um advérbio e preposição" (op. cit., p.30*).

1.1.4.4 Talmy Givón

Outro estudioso que merece destaque é Talmy Givón que, em "*On Understanding grammar"* (1979), apresenta o discurso como motivador das mudanças linguísticas.

A partir de princípios oriundos da biologia, Givón observa a linguagem humana sob uma perspectiva funcional e evolutiva, na qual *cognição e comunicação surgem e se transformam no contexto de padrões socioculturais complexos, que exigem, por sua vez, códigos comunicativos cada vez mais complexos* (COSTA, 1995, p.10), sobrevivendo somente aqueles que detenham toda essa complexidade.

Costa cita ainda Jespersen (1924) para atestar essa ideia: *A essência da linguagem é a atividade humana – atividade por parte de um indivíduo para ser entendido por outro, e atividade por parte do outro para entender o que se passa na mente do primeiro* (JESPERSEN, 1924, p.17 *apud* COSTA, 1995, p.10).

Para Givón, o objetivo do funcionalismo é fornecer *um quadro explícito, sistemático e abrangente de sintaxe, semântica e pragmática unificadas como um todo* (GIVÓN, 1984, p.40). Nos estudos do autor, a pragmática ganha importância e, por isso, ele se opõe aos três pontos fundamentais do estruturalismo: a arbitrariedade do signo, a *langue* de Saussure e a distinção entre sincronia e diacronia, aqui entendida como idealização da língua.

Segundo Braga (2008),

> *Essa idealização é a base de um estudo lingüístico que desconsidera as particularidades do uso real dos falantes, tendo foco nas virtuais regularidades do sistema. Givón discorda dessa idealização por defender que, olhando apenas as regularidades, não se percebem os mecanismos responsáveis por uma constante modelação e remodelação da própria estrutura* (BRAGA, 2008, p.45).

Givón diz, ainda, que é durante o uso real da língua que se adquire a linguagem e pela qual a gramática emerge e muda, e que a sintaxe atual é resultado da pragmática de ontem (GIVÓN, 1971). Podemos perceber, portanto, que, para o autor, é na pragmática

que são geradas as mudanças gramaticais na língua, percepção com a qual não podemos concordar uma vez que vemos a língua como um sistema complexo, na qual a gramática não pode estar subordinada à pragmática – e a nada mais. Por isso escolhemos a Abordagem Multissistêmica da Língua, de Ataliba Teixeira de Castilho.

1.2 Abordagem Multissistêmica da Língua

O caos frequentemente cria a vida,
enquanto a ordem cria o hábito.
Henry Adams

As teorias de mudança linguística aqui vistas explicam as alterações sofridas pela língua segundo uma visão linear dos acontecimentos. Nessas mudanças, muitas vezes denominadas gramaticalização, há um elemento lexical que se torna gramatical, ou um elemento gramatical que se torna mais gramatical, ou ainda a passagem de um elemento do discurso para a gramática, como pudemos observar nos autores acima resenhados.

Os conceitos de gramaticalização mudam conforme muda o tipo de abordagem ou o fenômeno a ser observado. Mas o que todas têm em comum é o fato de que entendem a mudança da língua de forma hierarquizada, na qual um acontecimento acontece após o outro, mormente num único sentido, indo da esquerda para a direita.[13]

Aqui faremos uso de uma teoria que foge ao padrão por reconhecer que as

[13] Como exemplo: item lexical > item gramatical > clítico > afixo.

mudanças ocorridas na língua não são lineares, porém simultâneas e radiais.

Diferentemente do que ocorre com outras teorias de mudança linguística, a Abordagem Multissistêmica enxerga a língua como um sistema complexo. Explicaremos, pois, o que são sistemas complexos dentro de um quadro físico-matemático, para depois chegarmos ao linguístico.

1.2.1 Sistema complexo, teoria do caos e a língua

Poderíamos dizer que, até o século XIX, os estudiosos olhavam para aquilo que os cercava como sendo um mundo regulado pela ordem. Isaac Newton (1642-1727) havia descrito como organizada a trajetória de uma pedra jogada para cima, da movimentação dos planetas e dos cometas; Simon de Laplace (1749-1827) dizia que o universo de hoje era efeito do universo de ontem e a causa do de amanhã. Contudo, ao adentrar o século XX, o homem se deu conta de que o que regula o universo não é algo ordenado, simples, mas sim, um sistema complexo de arranjos que dá a forma e o funcionamento de tudo.

Sistemas complexos não são sistemas complicados, ainda que essa seja uma acepção possível da palavra. Um navio pede um sistema complicado, cheio de engrenagens e capaz de navegar pelo mundo afora, porém jamais terá a complexidade de um pato que, 'navegando' por aí, pode querer dar (e, de fato, dar) um mergulho para pegar um peixe no fundo da lagoa. O navio, mesmo com toda sua estrutura complicada, cheio de mecanismos que permitem com que ele se locomova e deslize sobre as águas,

não pode, em um piscar de olhos, ser tranformado em um submarino e submergir para o fundo do mar à procura de algo, como o pato o faz quando sente fome.

Dentro de um sistema complexo, temos a ideia de estruturas fractais, ou seja, as partes que o constituem não são menos complexas que o todo. A complexidade emerge de um sistema com muitos constituintes, ainda que não seja o número deles determinante para a complexidade de um conjunto. Por exemplo: a composição de um gás *versus* a rede neural que temos dentro de nossas cabeças. No primeiro caso, há muitos constituintes, mas basta pegarmos uma parte do todo e entenderemos o funcionamento do total. Já com nossos neurônios pode-se dizer que isso não é possível, uma vez que eles desempenham muitas ações dentro do nosso cérebro – algumas até que não foram totalmente compreendidas ainda – caracterizando, então, um sistema complexo.

O todo é afetado por ocorrências dentro de suas partes. Se algo acontecer numa pequenina parte, o sistema como um todo sofrerá algum tipo de transformação. Mas essa mudança não se dá de forma ordenada (afinal, trata-se de um sistema complexo, e nada nele é tão simples assim), ou seja, mudanças ocorrem segundo uma ordem caótica.

Para um sistema ter comportamento caótico, ele terá de obedecer ao menos à três regras: 1) ser dinâmico; ou seja, alterar-se à medida que o tempo passa; 2) ser não linear, ou seja, sua resposta não será proporcional à perturbação desencadeadora; e 3) ser sensível a perturbações mínimas de seu estado[14].

O simples bater de asas de uma borboleta em Pequim pode causar um furação em

[14] Cf. Sistemas Complexos. A fronteira entre a ordem e o caos. CBPF, 2005. Disponível em: <http://mesonpi.cat.cbpf.br/desafios/pdf/Folder_Sistemas_Complexos.pdf. Acesso em 19/11/2011, às 00h37min.

Nova York – eis o que conhecemos por “Efeito Borboleta”, efeito analisado pela primeira vez por Edward Lorenz (1963) e que está intimamente ligado à teoria do caos. Ou, se quisermos ilustrar melhor, um floco de neve pode desencadear uma avalanche. Acontecimentos ínfimos podem, a longo prazo, desencadear efeitos devastadores. James Gleick (1988) foi quem introduziu a teoria do caos no mundo. Em sua obra *Caos: a criação de uma nova ciência*, o autor diz que a teoria do caos é uma ciência não linear, em que as resoluções não podem ser obtidas através de equações de modo determinista (tal qual queria Newton e criam os estudiosos até 1900), mas sim, cada pequeno problema em partes do sistema complexo apresenta inúmeras soluções, sendo o caos, necessariamente, probabilístico.

Castilho (2003, 2004, 2010, dentre outros), ao atentar para os estudos das mudanças linguísticas, percebeu que estas não se dão de modo linear, como os demais estudiosos apregoam. Para a ciência clássica, a análise de um objeto se dá no seu plano estático, ou seja, segundo observação de seus produtos. Para o autor, nem sempre é possível trabalhar com a ideia de um sistema simples, linear e estático, focando apenas seus produtos, já que um sistema apresenta partes complexas e as mudanças apresentadas nestes podem gerar uma mudança maior no todo. Adota, então, a ciência dos sistemas complexos e a teoria do caos, segundo Gleick, para embasar seus estudos sobre as mudanças da língua e dá origem à Teoria Multissistêmica, usada como fundamento no presente trabalho e a qual discutiremos no item abaixo.

1.2.2 Língua, complexidade e caos e a Abordagem Multissistêmica

A ciência clássica transforma sistemas abertos, ou seja, sistemas dinâmicos, complexos e adaptativos em sistemas fechados, uma vez que, fazendo isso, pode aplicar as leis que privilegiam a linearidade em detrimento de uma não-linearidade. Partindo-se do todo, muitas vezes uma parte é focada para facilitar e simplificar sua análise. Porém, se houver uma mudança mínima (por vezes, considerada insignificante) nos sistemas abertos, isso poderá desencadear uma transformação inesperada no futuro.

Se deixarmos uma ou duas variáveis e fixarmos as demais, aproximando-nos de uma situação limítrofe, um sistema aberto poderá se tornar fechado e o Efeito Borboleta supracitado não terá atuação – isso dará a impressão de um sistema estático.[15]

Castilho defende a ideia de que a língua não é um sistema fechado, mas sim, um sistema complexo, dinâmico, aberto. Em sua *Nova gramática do português brasileiro* (2010), o autor nos apresenta seu olhar sobre a língua que difere dos demais olhares já lançados sobre esse objeto de estudo. Para o autor, a língua deve ser observada segundo uma visão funcionalista. Isso significa dizer que devemos olhar para a língua não somente como algo da cognição humana, mas como algo que também se dá num meio social – *concebemos a língua como, antes de tudo, um instrumento de interação social* (BRAGA, 2008, p.38, 39) e que está em constante mudança, ocasionada pelas mudanças que ocorrem no próprio meio, tais como o interlocutor, o contexto conversacional, etc.

Retomando Castilho, o autor mostra que

[15] Ou seja, se delimitarmos nossa análise a uma parte do sistema, mesmo que ocorra uma grande mudança no sistema, com um todo, essa pequena parte por nós escolhida poderá não sofrer com tal feito.

> *A gramaticalização tem sido a pièce de resistence da abordagem funcionalista da mudança lingüística. A partir dos anos noventa, diversos linguistas brasileiros notaram que a gramaticalização é um bom caminho para o entendimento de como as línguas mudam, de como elas são constituídas* (CASTILHO, 2007).

O problema está em como os pesquisadores olham para a língua, continua o autor. A *gramaticalização mostra que seus pesquisadores parecem assumir a língua como uma entidade heteróclita, estática, passível de uma representação linear em que as categorias são dispostas umas após as outras, de tal forma que derivações podem ser estabelecidas entre elas (idem)*, sendo tais categorias provenientes de campos tão diversos como o léxico, a semântica, o discurso e a gramática. Tais estudiosos olham para a língua segundo algumas perspectivas, citadas por Castilho:

> (1) *As línguas naturais são conjuntos de signos lineares e suas modificações ocorrem undirecionalmente*;
> *(2) os produtos linguísticos avançam do léxico para a gramática, de tal sorte que categorias lexicais dão origem a categorias gramaticais e*
> *(3) a fonética, a sintaxe, a semântica e o discurso são domínios linguísticos conectados por derivações* (*idem*).

Mas por que analisarmos o léxico e a gramática como relacionados, o primeiro dando origem ao segundo, se podemos pensar em ambos como domínios diferentes, organizados cada qual com suas categorias próprias e seu ritmo próprio, este não afetado por determinações advindas de outros domínios? Aceitar a linearidade da língua é aceitar que categorias são atribuídas aos itens lexicais, isso significando que cada palavra pertence a uma única categoria – o que não condiz com o que se tem observado em

pesquisas como o *Projeto de gramática do português falado,* no qual se tem observado que alguns itens lexicais possuem várias funções dentro da língua falada[16].

Para os estudiosos, há toda uma hierarquia por trás desses sistemas (léxico, semântica, discuso e gramática) e são aceitas derivações decorridas de um para o outro: do discurso para a semântica, desta para a gramática e do léxico para a gramática, o que resulta pensar que, na hora em que damos largada à criação linguística, nossa mente trabalha em impulsos sequenciais, indo de um domínio para o outro. *As teorias funcionalistas disponíveis se distinguem neste particular apenas por selecionarem diferentemente o domínio que servirá como ponto de partida dessa trajetória (idem).*

Segundo Módolo (2004), a história dos estudos acerca da gramaticalização pode ser dividida em três momentos significativos, a saber: (i) quando o léxico alimenta a gramática, (ii) quando a pragmática alimenta a gramática e (iii) quando a semântica alimenta a gramática, o que vem nos atestar a ideia demonstrada acima de que, para a maioria dos estudiosos, um domínio linguístico atribui características a outro, e assim sucessivamente. Contudo, não é esta a realidade que podemos observar nas línguas e que servem postulado para a Abordagem Multissistêmica que descreveremos a seguir.

1.2.2.1 Postulados da Teoria Multissistêmica

A Abordagem Multissistêmica da língua a enxerga segundo cinco postulados, segundo Castilho (2010):

[16] Citamos aqui CASTILHO (1997) em que o autor demonstra a discursivização, a gramaticalização e a semanticização de *mas* na língua falada.

1.2.2.1.1 A língua se fundamenta num aparato cognitivo

> *Cognição é um termo bastante geral, que abriga sentidos tais como PERCEPÇÃO especialmente VISÃO, PENSAMENTO, MEMÓRIA e RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS. Por consequência, as ciências cognitivas deixam de lado a descrição formal de um mundo estático para privilegiar a descrição funcional de um mundo em movimento* (CASTILHO, 2010, p.69,70).

As categorias cognitivas: pessoa, coisa, espaço, tempo, movimento, visão, qualidade, quantidade, entre outras, são representadas dentro das estruturas das línguas naturais, podendo haver mudança na representação dessas categorias de língua para língua ou no interior da mesma língua, ao longo de sua história; as categorias, não obstante, são sempre as mesmas, uma vez que dizem respeito a atributos humanos.

> *CASTILHO também entende por categorias cognitivas básicas visão, objeto, espaço, tempo, movimento, etc., e por subcategorias, digamos, de visão (i) fundo/figura, (ii) perspectiva, etc: de espaço, (i) verticalidade, horizontalidade, transversalidade, (ii) distância/ proximidade, (iii) continente/ conteúdo, etc.* (MÓDOLO, 2004, p. 95).

Pensando nessas categorias, temos a chamada Linguística Cognitivista que tem sido, muitas das vezes, definida pelo o que não aceita: ela não aceita a existência de um nível estrutural de significação linguística diferente do nível de conhecimento de mundo (associado às formas linguísticas); por conseguinte, ela não aceita a arbitrariedade dos signos; ela não aceita a ideia de categorias linguísticas discretas e homogêneas; não aceita que a linguagem seja gerada por regras lógicas e objetivas; também não aceita a autonomia e não-motivação semântica e conceptual da sintaxe.

Ao contrário do que preconiza a corrente clássica da categorização linguística,

segundo uma teoria dos sistemas complexos, não há limitação categorial, possuindo uma entidade diferentes graus de interação em sua categoria, possibilitando a observação da relação entre esta entidade e outras mais no sistema linguístico – *é a similitude, e não a identidade, que deve ser buscada no processo de postulação de categorias* (CASTILHO, 2010, p. 70).

1.2.2.1.2 A língua é uma competência comunicativa

Entende-se por competência comunicativa a habilidade de veicular conteúdos informativos, exteriorizar sentimentos pessoais e expressar instruções que devem ser seguidas. (CASTILHO, 2010, p.71). Dentro do funcionalismo, a competência comunicativa aparece atrelada à teoria da articulação tema-rema da oração, remetendo à Escola de Praga e a Halliday.

Martinet (1974) diz que o que *deve constantemente guiar o linguista é a competência comunicativa, já que toda língua se impõe […] tanto em seu funcionamento como em sua evolução, como um instrumento de comunicação da experiência.* (MARTINET, 1974, p.14).

Para Trask, a competência comunicativa é

> *(...) a capacidade de usar a língua adequadamente em situações sociais. Para falar uma língua com sucesso, é necessária uma* ***competência*** *estritamente* ***lingüística*** *nessa língua: domínio da pronúncia, da gramática e do vocabulário. Mas é preciso mais do que isso: é necessária também*

> *uma **competência sociolingüística** – o conhecimento de coisas tais como modo de começar e terminar conversações, como e quando ser educado e como dirigir-se às pessoas. Além disso, é necessária também uma **competência estratégica**, o conhecimento de como organizar um trecho da fala de maneira eficaz, e como perceber e contornar incompreensões e outras dificuldades (TRASK, 2004, p.58,59).*

1.2.2.1.3 As estruturas linguísticas não são objetos autônomos

> *As estruturas linguísticas não são objetos autônomos, podendo ser descritas e interpretadas a partir das seguintes propriedades: (1) as estruturas são flexíveis e permeáveis às pressões de uso, combinando-se a estabilidade dos padrões morfossintáticos cristalizados com as estruturas emergentes; (2) as estruturas não são totalmente arbitrárias; (3) as estruturas são dinâmicas e sujeitas a reelaborações constantes, através do processo de gramaticalização (CASTILHO, op. cit., p.73).*

Os estudos funcionalistas da linguagem olham para os usos desta em direção à sua estrutura, presumindo que a língua é determinada pelo uso que se faz dela.

Vários são os autores que se utilizam desse fundamento para estudar os usos e, no caso em pauta, variações ocorridas dentro da língua. Castilho (1998a/2004, 1998b, 1998c, 1998d, 2004b) assegura que há o princípio de projeção interacional, a qual implica que o falante, durante o ato conversacional, prevê quando seu interlocutor vai encerrar seu turno para preparar-se para falar.

1.2.2.1.4 As estruturas linguísticas são multissistêmicas

Segundo Castilho & Castilho (2010), a abordagem funcionalista acerca da gramaticalização convive com uma hesitação quanto ao ponto de vista que deve seguir.

De um lado, existe a abordagem clássica, que focaliza os produtos e, de outro, uma abordagem ainda pouco clara, que põe seu foco nos processos.

> *A ciência dos domínios complexos, também conhecida como teoria do caos, é sem dúvida essa "abordagem pouco clara", que teimava em permear as páginas dos gramaticalizadores. Eles lidavam o tempo todo com um processo linguístico, mas estavam usando as lentes erradas para focalizar esse fenômeno, tratando-o, ademais, como um epifenômeno* (CASTILHO & CASTILHO, 2010).

É através da elaboração da Teoria Multissistêmica da Língua, por Castilho, que podemos enxergar uma língua através dos seus processos e produtos:

> *(1) Do ângulo dos processos, as línguas serão definíveis como um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num multissistema operacional.*
> (2) *Do ângulo dos produtos, as línguas serão apresentadas como um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema* (CASTILHO, 2010, p.77).

Do ponto de vista dos processos, entendemos que eles ocorrem simultaneamente, dinamicamente e multilinearmente e a língua, enquanto processo, possui quatro domínios: lexicalização, discursivização, semanticização e gramaticalização.

Já a língua observada enquanto produto é um conjunto de categorias agrupadas em quatro sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática, autônomos um em relação ao outro. *Qualquer expressão linguística exibe ao menos tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais (idem).*

Com a Multissistêmica, deixamos de lado a ideia da língua como uma linha, com

acontecimentos que se sucedem na linha do tempo.

> *É verdade que o produto, o érgon, é linear, tanto na língua falada quanto na língua escrita. Mas se quisermos identificar o processo, a enérgeia que se esconde por trás desses produtos, teremos de abandonar a idéia da língua-linha. Não podemos aceitar que nossa mente funcione pobremente através de impulsos sequenciais, lineares, uns depois dos outros. Não é isso o que se vê durante uma conversação. As transcrições da língua falada revelam claramente a dinâmica que constitui uma língua (CASTILHO & CASTILHO, 2010).*

Os impulsos geradores de uma língua são multilineares, simultâneos. A língua falada, vale a pena insistir, documenta a emergência fugaz desses caminhos múltiplos, basta ter olhos que queiram ver (idem).

1.2.2.1.5 A língua é pancrônica

> *A Lingüística sincrônica se ocupará das relações lógicas e psicológicas que unem os termos coexistentes e que formam sistemas, tais como são percebidos pela consciência coletiva.*
> *A Lingüística diacrônica estudará, ao contrário, as relações que unem termos sucessivos não percebidos por uma mesma consciência coletiva e que se substituem uns aos outros sem formar sistemas entre si* (SAUSSURE, 2003, p.116).

Assim postula Saussure acerca de sua famosa antinomia sincronia *vs.* diacronia. Coseriu expõe essa diferença dizendo que, para Saussure, a antinomia ocorre entre “fato estático” e “fato evolutivo”: *um é a relação entre elementos simultâneos, o outro, a substituição de um elemento por outro no tempo, um acontecimento* (COSERIU, 1979).

Os fatos sincrônicos são sistemáticos, continua o autor dizendo, e os diacrônicos, isolados e heterogêneos.

Podemos dizer que essa antinomia saussuriana foi substituída pela pancronia, que passa a existir quando os estudiosos, ao invés de questionarem “quando?”, passam a perguntar “como?” e “por quê?” tal mudança ocorreu em uma dada língua. Maia considera a mudança

> *(...) como um processo em todas as suas vertentes, desde o próprio processo de inovação linguística […], passando pelo processo social da difusão na comunidade, até completa mutação linguística e, simultaneamente, pelo processo de integração da inovação na estrutura da língua* (MAIA, 2002, p.233 *apud* CASTILHO, 2010, p.77).

Se a pancronia está ligada aos usos que fazemos da língua, ela é de interesse à gramática funcional, uma vez que, para esta, discurso e semântica são *inputs* dos quais o sistema sintático é o *output*. Para ela, a língua existe não porque possui uma estrutura, mas esta estrutura é estabelecida a partir dos usos que são feitos da língua. Castilho concorda com essa ideia até o ponto em que ela dita esses sistemas linearmente.

1.2.2.1.6 Um dispositivo sociocognitivo ordena os sistemas linguísticos

Para Castilho, a articulação entre os processos e produtos linguísticos se dá em um “dispositivo sociocognitivo” no qual ocorre ativação, reativação e desativação de propriedades.

> *A mente humana parece funcionar de modo mais complexo que um computador, que obedece a instruções seriais. O dispositivo sociocognitivo age por acumulação de impulsos, e somente assim poderemos dar conta da extraordinária complexidade da linguagem (MÓDOLO, 2004, p.101).*

São esses princípios sociocognitivos que dão conta da eficácia da fala. Propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais são ativadas, reativadas ou desativadas segundo a necessidade do contexto conversacional, fazendo com que locutor e interlocutor se comuniquem de modo eficaz.

Castilho diz que a postulação desses princípios é decorrente dos achados do "Projeto de Gramática do Português Falado" (PGPF) e do "Projeto para a História do Português Brasileiro" (PHPB); no primeiro, há a análise da língua falada, já que está *é mais reveladora dos processos de criatividade e mudança linguística que a língua escrita* (CASTILHO, 2010, p.79). Para o autor, quando conversamos, estamos o tempo todo tentando prever o que nosso interlocutor fará em seguida: tentamos prever se ele já terminou sua intervenção, se ainda está em curso, se podemos antecipar nossa entrada na conversação, etc, e para isso dispomos de princípios de ativação, reativação e desativação.

1.2.2.1.7 Princípios de ativação, reativação e desativação na língua

Como princípio de ativação, temos a projeção pragmática, na qual o locutor tenta antecipar a atuação verbal de seu interlocutor. No léxico, essa ativação se dá por meio da escolha mental das categorias e traços semânticos que agruparão as palavras; a ativação

semântica, por sua vez, escolhe as palavras segundo a dêixis, a referenciação, a predicação, a foricidade ou a conexidade necessárias ao contexto; o discurso escolhe palavras que permitirão uma hierarquia entre tópicos, uma construção de unidades discursivas e uma conexão entre as ideias expostas; por fim, a ativação gramatical ocorre por meio da fonologização, da morfologização e da sintaticização, construindo sintagmas, ordenando constituintes, fazendo a concordância, organizando o argumento, etc.

O princípio da reativação diz respeito à correção. Quando conversamos, temos de, frequentemente, mudar o rumo de nossa conversa, quer corrigindo a nós mesmos (autocorreção) ou a outrem (heterocorreção). A reativação serve para eliminarmos os erros de planejamento outrora feitos e que, em dado contexto, mostrou-se equivocado. No léxico, a reativação produz a reconstrução das palavras, adequando-as à necessidade; na semântica, temos a paráfrase daquilo que já foi produzido; no discurso, a reativação se dá por meio da repetição de enunciados visando coesão textual; e na gramática, temos a refonologização, a remorfologização e a ressintaticização.

Já a desativação está ligada à elipse. Quando abandonamos ou desativamos, ocorre o que Marcuschi (1983/2009) chama de despreferência: violamos o princípio da projeção pragmática, gerando um vazio pragmático e demonstrando que o silêncio é constitutivo da linguagem humana. No léxico, a desativação produz a morte das palavras; no sistema semântico, está por trás das alterações nas metáforas, metonímias, na especialização e na generalização de termos, quando desativamos um sentido e ativamos outros; no discurso, a desativação altera a ordem dos tópicos, gerando hesitações, parênteses, digressões e inserções; finalmente, na gramática, a desativação gera a desfonologização, a desmorfologização e a dessintaticização.

Convém observarmos que, como bem nos coloca Módolo,

> *(...) é importante entender que esses princípios operam ao mesmo tempo, não seqüencialmente, numa forma já prevista por LAKOFF (1987). Assim, a desativação ocorre simultaneamente com a ativação, e esta com a reativação, o que compromete o princípio de unidirecionalidade* (MÓDOLO, 2004, p.101).

Na próxima parte de nosso trabalho mostraremos, antes de analisar quais mudanças ocorreram com nosso objeto de interesse – *rem* – o que a literatura traz sobre os estudos acerca da negação, mostrando como eram as construções negativas no latim e caminhando até as negações atuais, do português, a fim de demonstrar que, desde sempre, há variação.

2. FORMAS DE NEGAÇÃO NO PORTUGUÊS: REVISÃO DA LITERATURA

A literatura mais representativa acerca da negação na língua portuguesa, ainda que não vasta (CASAGRANDE, 1973; FURTADO DA CUNHA, 2001; KRÖLL, 1952; MATTOS E SILVA, 2008; MARTINS, 1994; UPPENDAHL, 1979), apresenta contribuições significativas para quem almeja percorrer esses caminhos. Faremos, a seguir, uma revisão sucinta desses estudos, vendo as mudanças de sentido e usos que ocorreram do latim ao português.

2.1 A dupla negação no latim: *non nihil* = alguma coisa

Muito embora descenda do latim vulgar[17], o português apresenta um sem número de características que não lembram, em um primeiro olhar, a língua que o originou. Quer seja pela marcação de casos, que deixou ínfimos resquícios no português[18], quer seja pela rigidez sintática que muitas vezes apresenta (principalmente se comparado ao latim), o português tem suas peculiaridades e aqui atentaremos para uma que o diferencia do latim: a dupla negação.

Na língua latina, a dupla negação equivalia à afirmação, como em *nihil non,*

---

[17] Latim vulgar aqui entendido como nos coloca...

[18] Câmara Junior nos diz que *na língua portuguesa, salvo no grupo dos pronomes pessoais (v.), não há casos. Na evolução do latim para o português deu-se uma redução gradual das formas casuais, até subsistir uma única, que normalmente corresponde à do acusativo no singular e no plural, numa das três essenciais declinações latinas: 1) lat. ac. sing. rosa-, port. sing. rosa; lat. ac. rosas, port. pl. rosas; 2)lat. ac. sing. lupu-, port. sing. lobo; lat. ac. pl. lupos, port. pl. lobos; 3)lat. ac. sing. ave-, flore-, port. sing. ave, flor; lat. ac. pl. aves, flores, port. pl. aves flores* (CÂMARA JUNIOR, 1977, p. 69,70).

'alguma coisa', *non nihil temporis,* 'algum tempo' (SARAIVA, 2006, p.780); diferentemente, na língua portuguesa, vemos construções do tipo *a menina não viu nada* e sabemos que ela realmente nada viu, ou seja, a presença de uma dupla negação na oração não altera seu significado negativo, antes o redobramento da negação funciona como um reforço[19].

Neste segundo capítulo, passaremos a discorrer sobre a negação, tanto latina quanto portuguesa, focando-nos nas diferenças que já se apresentavam no português arcaico e que nos serão de grande valia para o entendimento deste estudo como um todo.

2.1.1 Um pouco de história

Diz-se que ascendência e descendência mantêm um vínculo que, para além do sanguíneo, é visível aos olhos. O mesmo acontece às línguas: duas que têm como ancestral comum uma terceira, possuirão características semelhantes e guardarão com esta muitos traços que dela herdarão[20].

Do mesmo modo que existem características que permanecem quando uma língua passa de um estágio para o outro, há também aquelas que acabam por se modificar, quer seja em partes, quer seja completamente. A negação é uma dessas que, ao passar do latim clássico para o português, acabou por perder algumas de suas características (tais

---

[19] Alguns desses casos de redobramento foram vistos por MORAES DE CASTILHO (2005).

[20] Foi com olhar crítico para as semelhanças entre os sânscrito e outras línguas, aliás, que Franz Bopp deu início aos estudos de comparação entre as línguas: *considerado o fundador da gramática comparada com Über das Konjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, lateinischen, persischen und germaischen Sprachen ("Sobre o Sistema de Conjugação da Línua Sânscrita em comparação com o das Línguas Grega, Latina, Persa e Germânica", Francfurt, 1816)* (BASSETO, 2001, p.31). Algumas décadas mais tarde, seguindo os passos de Bopp, Friedrich Diez publica *Gramática das línguas românicas* e *Dicionário etimológico das línguas românicas,* obras que, segundo Ilari, ajudaram a Filologia Românica se constituir como tal (ILARI, 2002).

como sintática e semântica, uma vez que a presença de duas negações não perfaz, necessariamente, uma afirmação, como veremos adiante).

Antes de passarmos às negações nos diversos períodos, não obstante, vale a pena ressaltarmos, como bem nos coloca Maurer, que

> *Não é possível fixar com segurança a data em que se formou o latim vulgar nem aquela em que se transformou em romance. Os processos de inovação linguística que levam a constituir um tipo distinto de língua popular dentro da grande unidade latina e os que levam, mais tarde, à sua transformação em romance, se manifestam lenta e quase imperceptivelmente através de muitas gerações* (MAURER, 1962, p.58).

Caminhando pela história da civilização romana, podemos observar que, em dado momento, devido a diversos fatores, tais como extensão territorial e contingente populacional, Roma apresentou classes sociais distintas: havia a classe dos aristocratas, dos nobres, mas também havia a classe plebeia, da gente humilde. A partir dessa coexistência de classes, Groot nos diz que

> *Ces disposition se reflètent dans la vie linguistique: l'ideal linguistique qui tend à se réaliser, c'est la langue des adultes de la couche sociale supérieur du centre de la civilization. C'est ainsi que le latin classique est la langue des adultes de l'aristocratie de Rome*[21] (GROOT, 1. c. p. 115 *apud* SILVA NETO, 1957, p.23-24).

Na tentativa de periodizar o latim vulgar, por sua vez, Maurer (1962) coloca como data inicial o século III A.C., entre 250 e 200. Por essa época, *a intensa colonização da Itália e a assimilação de populações novas em grande número deviam começar a afetar bastante a linguagem da massa popular* (MAURER, 1962, p. 59). E foi a partir desse latim

[21] Estas disposições são refletidas na vida lingüística: o ideal linguístico que tende a acontecer é a língua dos adultos da camada social superior do centro da civilização. Assim, o latim clássico é a língua dos adultos da aristocracia de Roma (tradução nossa).

vulgar que o português arcaico começou a tomar forma, passando de um romance que se diferenciava do latim da plebe para o que, séculos mais tarde, viria a se firmar como língua portuguesa em seus estágios iniciais. Porém, esse latim era, em grande parte, falado, já que era o latim clássico que era utilizado nas obras literárias e afins. Como fonte para o latim vulgar, então, temos o que nos traz Renzi:

> *(...) il concetto di latino <<volgare>> (...) si appoggia sulle testimonianze dirette e indirette di scarti tra il latino letterario e quello non-letterario, sia questo rappresentato da fasi arcaiche (che devono essersi continuate, ai margini dell'uso colto e letterario), da volgarismi, da fasi tarde, ecc.*[22] (RENZI, 1994, p.130).

Suas fontes mais importantes, segundo Boff (2010), são vinte e uma comédias de Plauto e seis de Terêncio que, por se tratarem de comédias, deixam transparecer, muitas das vezes, o falar da plebe. É nesse falar que, em nossa suposição, a dupla negação do latim clássico começa a perder seu valor de afirmação, já que é retrato da língua falada e apresenta, como tal, algumas características (como veremos melhor discutidas em 3.3.1, com Jespersen e seu ciclo de negação) que, mais tarde, resultarão nas construções negativas no português arcaico (nosso interesse neste trabalho).

Vejamos, então, de maneira despretensiosa, como eram as formas negativas no latim (mormente, o clássico) e quais foram herdadas pelo português.

[22] O conceito de latim vulgar se baseia em evidências diretas e indiretas das diferenças entre a literatura latina e o latim não-literário, é representado por esta fases arcaicas (que deve ter continuado à margem do uso culto e literário), de vulgarismos, de fases tardias, etc. (tradução nossa).

2.1.2 Negação latina

Na língua latina clássica, Ernout e Thomas (1972) nos dizem que *d'ordinaire, deux négations en présence dans la même phrase se détruisent en latin et équivalent à une affirmation*[23] (ERNOUT; THOMAS, 1972, p.153), podendo ser (i) uma afirmação parcial ou restrita: uma negação simples como *non* ou *neque* seguida de uma negação composta, como em *quae res etiam* ***non nullam*** *affeberat deformitatem* ‘cette chose (lui) apportait même quelque laideur’ [24] (Nep. 17, 8, I, Ernout e Thomas, 1972, p.153); (ii) ou uma afirmação total ou reforçada, formada por duas negações simples, uma negação composta seguida de uma negação simples ou duas negações compostas, como nos exemplos: *non nolo* ‘j'ai bonne intention de’[25] ; ***non*** *possum* ***non*** *dicere* ‘je ne puis m'empêcher de dire’[26] ; *nec hoc ille* (*Zeno*) *non uidit* (Cic., *Fi.* 4, 60) ‘ceci, Zénon n'a pas été sans le voir’, proprement ‘il n'est pas possible qu'il ne l'ait pas vu’[27] (ERNOUT; THOMAS, *ibidem,* p. 154).

Riemann, em obra anterior à de Ernout e Thomas, já afirmava que, da mesma maneira que ocorria em grego, uma negação composta é *détruite par une négation simple qui la suit:* “*nemo eum non odit”, “il* ***n****'y a* ***personne*** *qui* ***ne*** *le déteste”* (**tout le monde** le detéste)[28] (RIEMANN, 1942, p.546).

---

[23] Normalmente, duas negações presentes na mesma frase se anulam em latim e equivalem a uma afirmação (tradução nossa).
[24] Esta coisa lhe trouxe mesmo um pouco de feiúra (tradução nossa).
[25] Não tenho intenção de fazer algum ruim (tradução nossa).
[26] Eu não posso me impedir de dizer (tradução nossa).
[27] ‘Isso, Zeno não foi sem ver’, corretamente ‘não é possível que ele não viu’ (tradução nossa).
[28] [Uma negação composta] é anulada por uma negação simples que a segue: *nemo eum non odit* ‘Não há alguém que não o deteste (todo mundo o detesta) – tradução nossa.

Segundo Martins (1994),

> *No latim clássico, palavras como nemo, "ninguém", nullus, "nenhum", "não" (enfático), nihil, "nada", funcionavam só por si como marcadores negativos (visíveis) em instâncias de negação proposicional [cf. exs. (1)-(2)]. Da sua ocorrência com um outro item negativo resultavam proposições afirmativas [cf. exs. (3)-(6)]:*
>
> *(1) Mihi neminem dederis (Cícero, Ernout e Thomas, 1953: 153) (não me dês ninguém[29])*
> *(2) Is nullus venit (Plauto, Ernout e Thomas, ibidem) [Ele não veio (mesmo)]*
> *(3) Nemo non benignus est sui iudex (Séneca, Bassols, 1962: 51.) (Toda a gente é juiz benigno de si mesma)*
> *(4) Quae res etiam non nullam afferebat deformitatem (Ernout e Thomas, ibidem) [Aquela coisa trazia(-lhe) mesmo alguma fealdade]*
> *(5) Nemo non uidet (Ernout e Thomas, 1953: 154.) (Toda a gente vê)*
> *(6) Nunquam nihil agit (Ernout e Thomas, ibidem) (Está sempre a fazer alguma coisa) (MARTINS, 1994, p.179).*

O latim vulgar, diferentemente, viu o aparecimento de uma segunda negação na oração não para marcar afirmação, mas para reforçar seu valor negativo, como podemos acompanhar nos exemplos abaixo, compilados pela mesma autora:

> *(7) Iura te non nociturum ... nemini (Plauto, Ernout e Thomas, ibidem) (Jura que não farás mal a ninguém)*
> *(8) Neminem nihil [mulieribus] boni facere oportet (Petrónio, Ern. E Th. Ibidem) (Ninguém deveria fazer(-lhe) nada (de) bom)*
> *(9) Et nulla fontes aquem non abebat (Inscrição tardia de África. Maurer 1959:212) (E nenhuma fonte tinha água) (idem, 1994, p.180).*

[29] Trecho completo: *quaeso, inquit praetor, aduersario meo da istum patronum, deinde mihi neminem dederis.*Trata-se de palavra negativa mais perfeito do subjuntivo, ou seja, expressão de imperativo negativo (e.g. *ne dixeris*: não digas). Literal: "não dês a mim ninguém.". Mas no contexto, trata-se de um defensor, de um advogado que é tão ruim que é melhor que o adversário seja por ele defendido: por favor, disse ele, dá esse advogado ao meu adversário, depois não dês nenhum a mim/depois disso, não precisa dar (Comunicação pessoal com o Prof. Dr. Paulo Sérgio de Vasconcellos, setembro de 2011).

Ainda na língua latina vulgar, podemos ver o "enfraquecimento" e posterior desaparecimento de algumas formas negativas, como *haud* e *nihil*[30]. Para driblar a lacuna que elas deixaram, o latim passou a se utilizar de outros vocábulos, a fim de reforçar o sentido negativo apresentado. Vemos que, *quase no fim do Império Romano, frases como non respondet nihil eram já usuais e correntes* (CASAGRANDE, 1973, p.3). Passam a coexistir, dessa forma, em uma só oração, duas ou mais palavras negativas, e o frequente uso de vocábulos positivos acompanhando outros, negativos, faz com que aqueles acabem adquirindo, com o passar o tempo, também valor negativo – assunto este a que retornaremos no terceiro capítulo desta dissertação, quando então versaremos sobre a polaridade negativa.

2.2 A dupla negação no português: *do que sabia nulha rrem non ssey*[31]

> *O emprego da negação é um dos pontos em que a sintaxe românica mais se afasta dos princípios da sintaxe latina (...). Em síntese, é a partícula não que constitui, por excelência, a base do sistema de negação em língua portuguesa arcaica e moderna e nas demais línguas românicas (CASAGRANDE, 1973, p.2).*

No português arcaico, encontramos construções como *ca non ous'eu dizer nada/ a ome que seja nado (*Cancioneiro da Ajuda, 7749), que deixam transparecer a existência de duas negações em uma única oração com sentido não positivo, como costumava ser no latim, mas negativo, como chegará ao português de nossos dias.

---

30 Cf. Casagrande, *op. cit.*

31 Exemplo retirado da Crestomatia Arcaica (NUNES, 1970).

No latim, ao nos atentarmos para as palavras negativas, percebemos que muitas delas se fazem a partir do uso de substantivos que indicam entes de pequena estatura ou valor, como é o caso de *nihil,* 'nada'*,* formado por *ne* + *hilum*, sendo que *hilum* significava o pequeno ponto negro entre as favas (ou seja, quase nada)*; nemo* foi formado por *ne+homo; nullus de ne+ullus* [32]. Casagrande nos diz que

> *Alguns desses substantivos, empregados nestas expressões negativas, tiveram seu significado esvaziado, isto é, tornaram-se um instrumento gramatical de reforço pelo contágio de significação, passando à função de morfemas, como se vê em francês, por exemplo, com os vocábulos "pas", "goutte", "rien", "mie", "point"* (CASAGRANDE, 1973, p. 26).[33]

Comuns eram, portanto, ocorrências dessas construções com substantivo no português arcaico:

> *E esta dona Marinha nom falava nemygalha. (Crest. Arc., 15, 25)*
> *Não lhe marra ela aqui gota / De ser isto terremota (Auto da Barca do Purgatório).*

Segundo entendimento de Casagrande, esse tipo de construção, feita a partir de substantivos que expressavam ideias mínimas, está presente na fala popular, que é hiperbólica, metafórica, mas que pode vir a se tornar de uso comum. *É por essa razão que o português contemporâneo é uma língua rica na expressão das negativas com concurso de substantivos reforçativos e de torneios frasais também negativos (CASAGRANDE, 1973, p.29)*

---

[32] Cf. CASAGRANDE, 1973, p. *25.*

[33] A construção francesa *ne* + verbo + *pas* será novamente retomada e explicada na seção 3.3.1.1 desta dissertação. Sobre os indefinidos, como *gutta,* 'gota', *mica,* 'migalha' e *res,* 'coisa', vemos que eles aparecem frequentemente no latim vulgar como elementos de reforço (ênfase) da negação e essa situação se mantém para além do latim vulgar, chegando às línguas românicas (cf. MAURER, 1959).

É para esse português contemporâneo que atentaremos, agora, para apreendermos como ocorrem as suas construções negativas.

2.2.1 Os tipos de negação no português: ninguém não vê = todo mundo vê?

Se, no latim, em alguns casos, tínhamos a presença de duas negações perfazendo uma afirmação, não podemos dizer que o mesmo ocorre na língua portuguesa: há uma diferença entre o que dita a gramática tradicional e uso que fazem os falantes da língua.

Quem está certo não nos cabe discutir, porém apresentaremos o que pensam os autores sobre os tipos de negação presentes no português.

2.2.1.1 Cânone versus usual

Ao contrário do latim, o português apresenta construções negativas que, por vezes, podem nos causar estranheza; ficamos sem saber o que está sendo negado, questionamos se o que foi dito é ou não uma afirmação[34].

Em sua Gramática Histórica, Said Ali dedica uma pequena (porém preciosa) parte de sua obra ao estudo da negação[35], em que nos diz

[34] Tomemos como exemplo o título desta parte: 'ninguém não vê'. Poderíamos, não sem algum esforço, pensar que, se ninguém não vê, alguém vê alguma coisa ou, como traz Monteagudo (a partir do latim *nemo non videt*, 'todo mundo ve' (MONTEAGUDO, 2008).

[35] Concordamos parcialmente, aqui, com Mattos e Silva quando diz que não há estudos específicos acerca

> *Quanto à presença, dentro da mesma oração, de outros têrmos negativos além da palavra não, é fácil de ver que não anda o raciocínio dos homens cultos bem emparelhado com o sentimento popular. Para o povo, o acúmulo de negativas indica refôrço. Entende a gente de letras, pelo contrário, que negar o negado equivale a afirmar; mas abre excepção – admitindo, pois, que se suspenda êste raciocínio – desde que o nôvo têrmo negativo não anteceda o advérbio não (SAID ALI, 1964, p. 198-9).*

Vemos que Said Ali também nos diz que, *diferentemente de nós, e de acôrdo com a linguagem vulgar, os escritores antigos, e ainda alguma vez os quinhentistas, empregavam sem restrições a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo* (*ibidem,* p. 190) e elenca, logo em seguida, inúmeros exemplos.

Já Furtado da Cunha, em artigo de 2001, apresenta-nos os três mecanismos de negação usados no português do Brasil: a canônica pré-verbal (utilizada pelos homens cultos, citados por Said Ali), a negativa dupla e a final[36].

> *A co-existência desses três mecanismos de negação oracional é interpretada como o resultado da atuação de pressões rivais sobre o sistema lingüístico. Admito que a competição entre motivações distintas é responsável, em princípio, pelos processos de variação e mudança que ocorrem nas línguas naturais (FURTADO DA CUNHA, 2001).*

A autora descreve, em seu trabalho de base funcionalista, os motivos que levam a negação a possuir as três formas supracitadas, motivações essas de ordem comunicativa e/ou cognitiva. Tomando por postulado que a língua é *estrutura maleável, sujeita às*

---

da negação no português (MATTOS E SILVA, 2008), já que nos últimos anos, trabalhos sobre esse assunto foram feitos, principalmente tomando como base a teoria gerativista (destaque para Namiuti 2008 e 2009). Uppendahl, no final da década de 1970, também ousou trilhar esse caminho – obra que, a seguir, resenharemos.

[36] Veremos na parte 2.2.1.2, p. 24, exemplos desses tipos de negativa.

pressões de uso e constituída de um código não totalmente arbitrário (*idem*)*,* ela nos diz que o fato de existirem três formas de negação se deu porque assim se fez necessário para a comunicação entre os falantes e ouvintes. *As estruturas sintáticas não devem ser muito diferentes, na forma e organização, das estruturas semântico-cognitivas subjacentes* (*idem*), e isso traz como resultado a marcação, a iconicidade e a gramaticalização, que detalharemos no item seguinte.

2.2.1.2 Marcação, iconicidade e gramaticalização: um esboço

A marcação diz respeito ao fato de algumas formas serem marcadas, nas línguas, enquanto outras não são. No português, podemos citar a marcação de plural (em exemplos como carros) e a forma feminina (tigre é mais normal, nas línguas, que tigresa, forma, portanto, marcada).

TRASK (2004) nos apresenta a distinção entre marcado e não-marcado como sendo a propriedade que distingue formas neutras de formas alternativas mais neutras ainda e diz que, embora o conceito de marcado exista há tempos, só no círculo linguístico de Praga, em 1920, que veio a ser nomeado como tal.

Ser ou não marcado é, segundo o autor, uma noção muito ampla, que pode ocorrer em todos os níveis de análise.

> *Em termos gerais, é* ***marcada*** *qualquer forma lingüística que é - sob qualquer ponto de vista – menos usual ou menos neutra do que alguma outra forma, a forma* ***não-marcada.*** *Uma forma marcada pode distinguir-se de outra também marcada pela presença de mais material, de maior*

> *quantidade de matizes de significado, por ser mais rara numa determinada língua ou nas línguas em geral, ou de vários modos (TRASK, 2004, p.187).*

Continua o autor dizendo que os vários critérios para entender que uma forma é marcada podem não coincidir. FURTADO DA CUNHA (2001), supondo haver essa dificuldade, torna explícito, em seu estudo, três critérios que julga caracterizarem a marcação:

> *a) complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa (ou maior) que a estrutura não-marcada correspondente;*[37]
>
> *b) distribuição de freqüência: a estrutura marcada tende a ser menos freqüente do que a estrutura não-marcada correspondente;*
>
> *c) complexidade cognitiva: a estrutura marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a estrutura não-marcada correspondente. Refiro-me, aqui, a fatores como esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento (FURTADO DA CUNHA, 2001).*

A autora diz ainda que há uma tendência geral de as línguas apresentarem esses critérios de forma coincidente, ou seja, a marcação estrutural, a baixa frequência e a marcação cognitiva são reflexos da iconicidade na gramática.

Em outro texto de sua coautoria, Furtado da Cunha, ao exemplificar a diferença entre formas marcadas e não-marcadas, cita a negação. Esta é negativa, já que a forma mais comum, nas línguas, é a afirmação; a negação, também, depende do que é afirmado para então negá-lo e é, portanto, mais complexa para ser entendida que uma afirmação (ao ler uma oração negativa, temos de pensar no que está se negando); por último, pelas afirmativas ocorrerem mais frequentemente nas línguas, a negação apresenta baixa frequência. Nas palavras de Furtado da Cunha:

---

[37] Trask cita, no português, o exemplo de *tigresa,* forma marcada em relação a *tigre*, *porque contém mais matéria morfológica e se aplica de maneira menos geral.* (TRASK, *ibid.*).

> *Como afirmar algo é cognitivamente mais simples e esperado, portanto mais freqüente na interação verbal, isso se reflete também na estrutura lingüística, representando a forma não-marcada. A negação, pelo contrário, por ser mais complexa em termos cognitivos e menos esperada, é também menos freqüente e estruturalmente maior (tem, no mínimo, um morfema a mais que a afirmativa), constituindo o caso marcado (FURTADO DA CUNHA et ali, 2003, p. 35).*

Já a iconicidade, para a autora, é tratada da seguinte forma: deveria haver, nas línguas, uma regularidade isomórfica de um para um, entre forma e conteúdo, uma vez que a iconicidade pode ser concebida como a correlação entre a forma e função, entre o código lingüístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo) (idem, p.29,30). Não obstante, estudos sobre variação e mudança nos mostram que as línguas, muitas vezes, apresentam duas ou mais formas de dizer a mesma coisa.

Haveria, por conseguinte, três subprincípios norteadores da iconicidade, aplicáveis à negação em estudo:

(1) Subprincípio da quantidade: quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma, ao mesmo tempo que tudo *aquilo que é mais simples e esperado expressa-se com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo* (SLOBIN, 1980 *apud* FURTADO DA CUNHA *et alli,* 2003, p.32);

(2) subprincípio da interação: conteúdos mais próximos cognitivamente se apresentam mais próximos também no nível da codificação e

(3) subprincípio da ordenação linear: a informação mais importante tenderá a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática, deixando claro a ordem de importância para o falante.

Como exemplo do subprincípio da quantidade, temos:

> *...um motorista dele... nesse tempo ele... num era... num era um motorista dele não... era do hotel... porque ele ficou sem motorista... (corpus D&G/Natal, p.244)*[38]

Podemos observar que o *não* tônico, quando precedente do verbo, reduz-se a um *num* átono ou simples nasalização. Para reforçar a ideia de negação, então, aparece um segundo *não* no final da oração, já que o primeiro sofre enfraquecimento fonético e esvaziamento semântico. O surgimento do segundo *não* tem motivação icônica: *quanto mais imprevisível se torna a informação, mais codificação ela recebe (FURTADO DA CUNHA, op. cit., p.33).*

Para o subprincípio de integração, vejamos a oração abaixo:

> *Há pouco tempo atrás, dois bárbaros assassinatos, o da atriz Daniela Perez e o da menina que foi queimada pelos sequestradores ressuscitou a polêmica da Pena de Morte (corpus D&G/Natal, p.321).*

A falta de concordância verbal se dá pelo fato de o sujeito se encontrar sintaticamente distante do verbo. Quando se introduz algum material de apoio entre eles, ocorre o que observamos acima: a integração entre sujeito e verbo é enfraquecida e ocorre a ausência de concordância.

E para a ordenação linear, o exemplo clássico é *vim, vi, venci*, no qual a ordem das palavras corresponde à sequência cronológica das ações.

---

[38] Os exemplos aqui citados foram retirados de FURTADO DA CUNHA *et alli*, 2003 e tiveram suas referências originais mantidas.

Já a gramaticalização, em especial a sintaticização, assunto que será melhor desenvolvido (e discutido) em partes seguintes, é apresentada por FURTADO DA CUNHA (2001) da seguinte maneira:

> *Novos recursos gramaticais podem-se desenvolver a despeito da existência de estruturas mais antigas funcionalmente equivalentes. Como conseqüência dessa evolução contínua, pode-se atestar, numa dada língua, material gramatical em diferentes estágios de desenvolvimento (FURTADO DA CUNHA, 2001).*

Desse modo, uma forma que antes era vista com estranheza pode, com o passar do tempo e com a frequência com que passa a figurar na língua, ser interpretada como normal e regular. Assim é que a autora analisa os dados de seus estudos, justificando os diferentes tipos de negação presentes na língua portuguesa, a saber:

> *a) a negativa canônica pré-verbal não + SV:*
>
> *(1) ... a nova regente ... ela **não tava sabendo** reger direito ... (Língua falada, 2o grau, p. 278)*
>
> *b) a negativa dupla não + SV + não:*
> *(2) ... **não vou falar agora a letra do cântico não** que é muito difícil ... (Língua falada, 2o grau, p. 271)*
>
> *c) a negativa final SV + não:*
> *(3) ... tudo eu faço ... sabe? **tem isso comigo não** ... (Língua falada, 2o grau, p. 264 (idem)).*

Para Furtado da Cunha, as negações dupla e final revelam uma trajetória de gramaticalização, manifestada no discurso falado, mas que, no registro formal, ou seja, na língua escrita, ainda tem seu uso estigmatizado. Essas contribuições esclarecem, ainda mais, o fortalecimento da negação *nulla rem* no latim vulgar, que era modalidade

apenas da língua falada. A ordem negação + verbo, mais corriqueira e antiga na língua, é também a mais comum porque é mais facilmente processada, já que o escopo da negação é, normalmente, o verbo. Quando há a utilização da dupla negação, a autora nos diz que, nos seus dados, essa forma aparece quando existe a interrupção do tema ou tópico por parte do falante. A negação final, por sua vez, aparece quando há perda da primeira negação, em uma construção de negação dupla, como tem ocorrido no francês falado (ao invés de *Il ne mange pas,* tem-se ouvido *Il mange pas*, ocorrendo negação, portanto, marcada apenas na forma pós-verbal[39]).

> *Assumindo que a variação é uma conseqüência necessária da gradualidade da mudança lingüística (Lichtenberk 1991), parece que, no caso da negação no português do Brasil, estamos diante de uma mudança lingüística em progresso. Dado que atendem à mesma pressão discursiva, as negativas pré-verbal, dupla e pós-verbal estão em algum tipo de variação. (idem)*

Não obstante, não é só no português atual que podemos observar esse tipo de variação na negação. Já em sua época arcaica, a língua portuguesa apresentava construções como *Nulh' ome non pode saber/ mia fazenda per neun sen,/ ca non ous' eu per ren dizer/ a que m'en grave coita ten*[40] ou *79 - ca ben quit' é de veer nulha ren/ Don Estêvão ond' aja gran prazer*[41].

Ambos os trechos trazem a partícula *ren*, cujo significado primeiro é 'coisa', herdado do latim, mas que, se seguida por uma negação, passa a significar 'nada', acepção que passará a ter independente da presença de uma negação na frase. No

---

[39] Esse assunto, apresentado por Jespersen (1917) como Ciclo de Negação, será, mais para frente, tratado em seus pormenores.

[40] Cantiga de autoria de Fernan Padron e de datação incerta.

[41] Este último trecho foi retirado de LAPA (1995) e traz consigo o número identificador nessa obra.

presente trabalho, procuraremos analisar essa partícula (então de negação), remanescente em algumas línguas (tal como o galego e o francês[42]), mas que veio a se perder na língua portuguesa atual. De que forma ela ganhou traços negativos e porque veio a figurar em algumas cantigas sem a presença do outro morfema do par negativo é o que analisaremos em outros capítulos.

2.2.2 Formas de negação: uma classificação

Uppendahl (1979) apresenta um trabalho que, segundo ele mesmo, é despretencioso, porém se faz interessante a linguistas e estudiosos, já que a literatura sobre a negação no português é escassa.

Começa o autor dizendo que alguns trabalhos poderiam ter contribuído para suprir essa deficiência, porém não o fizeram, uma vez que se apegaram à discussão filosófica da negação, e não à discussão linguística. Explica ainda que apresentará dados de modo sincrônico sem, porém, deixar de olhar a língua em seus estágios passados (se isso se fizer necessário para explicar alguma característica presente).

Para Uppendahl,

> *A negação como fenômeno lingüístico significa ausência, falta duma qualidade ou coisa ou também a discordância entre fatos verídicos e fatos apenas imaginados, nem incluídos numa realidade fantástica como nos contos de fada. Como a negação na acepção exposta normalmente não inclui nenhum julgamento negativo de valor, não podemos considerar, por exemplo, a maioria das composições com o advérbio mal como contendo*

[42] Cf. OLIVEIRA e CARVALHO E SILVA, 2007. Para um estudo sobre *nada* e outras negações no galego, sugerimos a leitura de MONTEAGUDO (2008), do qual veremos partes no capítulo 3 deste trabalho.

> *significado negativo, mas sim desfavorável ou pejorativo* (UPPENDAHL, 1979, p. 07).

Trazendo alguma reflexão sobre a redundância, o autor nos diz que esta é intrínseca às línguas. Em uma frase como: *Os meninos são espertos*[43]*,* vemos que há marcas de plural desde o artigo até o adjetivo. Isso acarreta uma espécie de redundância morfossintática. Caso passemos essa frase para o inglês, teríamos: *The boys are smart*, tendo o plural marcado somente no substantivo e no verbo. São duas marcas no inglês contra quatro no português. *Por conseguinte, é óbvio que o idioma inglês usa muito mais economicamente alguns dos seus meios gramaticais do que a língua lusa.* (UPPENDAHL, *ibidem*, p.12); *menino,* por ser mais frenquente na língua, é um termo não marcado enquanto *menino*s é um termo marcado, o que está de acordo com a Lei de Zipf-Trubetskoy, enunciada da seguinte forma: o termo não-marcado de uma oposição privativa aparece mais frequentemente que o termo marcado.

Uppendahl traz todas essas informações para então entrar na discussão das orações negativas, dizendo que, segundo conclusão a que chegou, são as imperativas[44] (mais comumente chamadas 'afirmativas') mais frequentes na língua portuguesa que as formadas com negação. Enquanto designamos, com formas afirmativas, sentimentos, reflexões, avaliações, intenções, desejos (por intermédio de frases declarativas), exigências, ordens, pedidos (em imperativas), alegria, tristeza, dor, irritação (em frases exclamativas), com frases negativas precisamos, segundo o autor, *dum ponto de partida,*

---

[43] O português popular brasileiro costuma fazer a marcação de plural na cabeça do sintagma nominal: "Os menino é esperto".

[44] Segundo o autor, as orações imperativas são, tradicionalmente, chamadas de afirmativas. Para ele, o termo afirmação é abrangente, *incluindo nele, dentro duma oposição correspondente, tudo que não seja marcado por formas negativas* (UPPENDAHL, 1979, p.14).

duma comparação tácita, dum interlocutor ou adversário; constatamos que ela nomeia o inexistente, o errado, o indesejável e o irrealizável. (*ibid.,* p.15). Diz ainda que algumas frases interrogativas podem ter o mesmo valor semântico mesmo apresentando construções com *não*: *"¿Deseas outro vaso de vino?" e "¿No deseas outro vaso de vino?"* podem ser consideradas como sinônimas, e *"Ele não é engraçado?"* equivale a *"Ele é ou não é engraçado?" (ibid.,* p.15[45]*).*

Para justificar a Lei de Zipf-Trubetskoy[46], o autor analisa uma série de frases e diz que, nas afirmativas, não há marca de afirmação, muito embora elas expressem tal ideia. Já as negativas trazem consigo as formas negativas, mesmo que tais formas se mostrem redundantes.

Já com o intuito de classificar as formas de negação, Uppendahl distingue, assim como Ibánez (que toma por base), duas grandes categorias que são a explícita e a implícita: *dentro da negação explícita, aparece um elemento negativo claro e inconfundível, enquanto que na implícita está escondido de alguma maneira. Ambas as espécies de negação podem ser subdivididas em dois grupos* (UPPERDAHL, 1979, p.20), a saber: frases contrastivas e formas isoladas, dentre as implícitas, e a negação lexical e a sintática, dentre a negação explícita.

---

[45] Os exemplos são, respectivamente, do estudo apresentdo por IBAÑEZ (1972) e por JOTA (1976).

[46] Com Zipf (1949), surgiu também o que ficou conhecido como lei do mínino esforço: uma pessoa vai tentar resolver um problema de maneira a minimizar o trabalho total final e suas repercussões futuras. Aplicado à linguística, temos que existem muitas palavras com baixa frequência, uma quantidade média para as de média frequência e uma quantidade baixa para as de alta frequência – com isso o autor analisa o grau de relevância das palavras.

2.2.2.1 Negação no plano discursivo: frases contrastivas e formas isoladas

Chamada também de “negação implícita” por Uppendahl, a negação no plano discursivo é restrita à língua falada e aparece pela interpretação do contexto enunciativo, já que não vem explicitada neste:

> *- Ela é bonita?*
> *- Bonita? É feia mesmo!*
>
> *- Me disseram que você tem muito dinheiro.*
> *- Imagina se tivesse!*
> (p.22)

Se ambas as segundas falas fossem consideradas isoladas de seu contexto, certamente não apresentariam o sentido negativo que possuem, em consideração às primeiras.

Em se tratando de formas isoladas, o autor traz-nos diferentes construções que apresentam negações implícitas, como os verbos (*negar = não afirmar, recusar = não aceitar, etc .);* as expressões idiomáticas (*ir por água abaixo = não se realizar, zero à esquerda = pessoa que não significa absolutamente nada, etc.);* as afirmações com referência à parte de uma totalidade (em uma frase do tipo “Tomo todos os vinhos, com exceção do tinto”, podemos deduzir a negação *Não tomo vinho tinto); as* formas afirmativas com sentido negativo - palavras ou locuções adverbiais que, por contato semântico, assumem um sentido negativo, como *algum* que, colocado diante de substantivo, tem sentido afirmativo, mas usado depois, seu sentido passa a ser negativo, como em:

- Vai me acompanhar à praia?
- De maneira alguma! Tenho tanto trabalho.
(p.26)

Passaremos agora para uma breve análise das negações explícitas nas orações, a saber: a negação lexical e a sintática.

2.2.2.2 Negação explícita: negação lexical e negação sintática

Deixando de lado as negações implícitas, dependentes que são do contexto em que são produzidas, passaremos agora às negações explícitas, aquelas que se apresentam formalizadas nas orações, quer seja em forma de prefixo (as chamadas lexicais), quer seja presente como uma ou outra forma negativa (*não*, por exemplo).

2.2.2.2.1 Negação lexical

A negação lexical se caracteriza pela formação de palavras por derivação ou composição, em que o novo termo tenha significado de ausência ou falta de alguma qualidade ou coisa designada pelo primeiro termo. Ainda como critério para ser tido como negação, o novo termo deve se deixar substituir por uma forma análoga com *não,* ainda que essa forma não seja semanticamente igual.

Categorias como adjetivos, substantivos, verbos e advérbios (em *–mente*) participam desse tipo de negação, sendo os adjetivos os de ocorrência mais fácil e os

verbos e advérbios os mais difíceis. Outrossim, palavras derivadas de adjetivos se deixam negativar com maior facilidade (substantivos – na maioria dos casos – abstratos, como *infelicidade*; advérbios como *infelizmente* e verbos como *impossibilitar*).

Do mesmo modo em que há palavras que não possuem uma forma negativa formada por derivação ou composição (verbos, como *nascer;* substantivos concretos, como *criança;* adjetivos com antônimo próprio, como *bonito – feio;* advérbios em *–mente*, como *possivelmente*), existem palavras negativas sem seu termo afirmativo correspondente, dentre as quais destaca o autor:

> *amorfo = o que não tem forma*
> *(*morfo não é usado em português como vocábulo afirmativo)*
>
> *sem-vergonha = pessoa que não tem vergonha (a forma afirmativa não é "vergonha", embora exista esse substantivo).*
> (p.30)

Uppendahl continua, dizendo-nos que, no português contemporâneo, existem três ou quatro prefixos (*in-, des-/dis-* e *a-*) e três partículas (*mal, sem* e *não*) que possibilitam a negação lexical. Prefixos + termos primitivos formam uma nova unidade lexical, enquanto que partículas, por intermédio da composição, unem-se com os termos primitivos, normalmente utilizando-se do hífen como ligação.

Excetuando *não*, forma negativa por excelência e que confere ao termo a que se une esse valor, as demais partículas podem atribuir um sentido de imperfeito, pejorativo, desfavorável, como é o caso de algumas construções que o autor analisou formadas por *mal* + palavra.

Já com os afixos, o autor nos mostra que, segundo suas estimativas, setenta por cento dos vocábulos prefixados com *in-* tem valor negativo, segundo o Novo Dicionário,

de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975).

Des- e *dis-*, embora apresentem origens distintas no latim,[47] atualmente se mostram como um só prefixo, apresentando ainda formas reduzidas por assimilação, tais como *de-* e *di-*. Em palavras formadas por esses prefixos, apenas trinta por cento apresentou, segundo o autor, sentido negativo, tais como: desdizer, descuidar, disjunto, disparidade.

A- ou *an-*, por sua vez, apresentaram somente 10 por cento de valor negativo, sendo considerado pelo estudioso o menos importante na análise dos afixos em sua obra.

Após essa explanação, Uppendahl traz inúmeras listas de palavras nas formas afirmativas e, havendo, na forma negativa por prefixação, transcorrendo acerca delas depois, o que não nos cabe reproduzir aqui por se tratar da negação que menos nos importa neste trabalho. Passemos, então, à negação sintática, de nosso interesse.

2.2.2.2.2 Negação sintática

Como negação sintática podemos entender, segundo o autor, aquela que tem como escopo uma frase inteira, uma oração ou uma locução. A partícula fundamental para esse tipo de negação é *não*, embora existam alguns pronomes indefinidos usados como substantivos (*ninguém, nada*) ou adjetivos (*nenhum, algum)*[48] que também funcionam

[47] Said Ali nos diz que *dis-* é formação puramente erudita. (SAID ALI, *op. cit.*, p.115)

[48] FIGUEIREDO (1930) explicita-nos que *algum* era usado, por Camões, *com* significado diverso daquele que conhecemos. Continua o autor nos dizendo: *sobejam as provas de que homem algum não significa homem nenhum, antes pelo contrário; isto é, quando algum é posposto a um substantivo, significa o mesmo que quando é anteposto. Por outra: homem algum é o mesmo que algum homem.* (FIGUEIREDO, 1930, p. 65).

com valor negativo, bem como certo advérbios de tempo (*nunca, jamais*), a preposição sem e a conjunção coordenativa *nem*[49] e várias locuções adverbiais, *que normalmente expressam uma negação reforçada* (UPPENDAHL, 1979*,* p.57).

Ao negarmos uma oração simples, teremos a indicação de que o há discordância entre sujeito e predicado, como nos coloca Uppendahl. Exemplos:

> *Não conheço o senhor Figueiroa.*
> *João e Pedro não gostam da Matemática.*
> *Ninguém falou conosco sobre as férias.*
> *(p.58)*

Já em um período composto, serão várias as possibilidades, a depender de que tipos de orações estamos falando:

(a) nas orações coordenadas, se duas ou mais orações são negadas, a negação deverá aparecer antes de cada verbo flexionado, para facilitar o entendimento e não gerar confusão:

> *Ele não fuma, nem bebe.*
> *Ele não fuma e bebe.*
> *(p.58)*

No segundo exemplo, ficamos sem saber, ao certo, se o indivíduo não fuma, mas bebe ou se ele também não bebe, por isso a necessidade da presença de uma negação em cada oração, se o intento for negá-las todas.

---

[49] Esta *forma nasalizada do latim ne (nec), significa[ndo] e não, também não.* (OLIVEIRA e CARVALHO E SILVA, 2007)

As moças não estudaram, e também não ajudaram em casa.
Já não conseguiu ler pelo cansaço, mas tampouco pôde dormir pelo calor. (p.59)

Quando há a presença de um pronome indefinido, como *nada* ou *ninguém*, a segunda oração pode ou não apresentar negação, a depender da conjunção:

Ninguém respondeu ou reagiu favoravelmente.
Nada era fácil ou agradável para eles. (p.59)

(b) nas orações subordinadas, muitas vezes a negação se estende sobre todo o conjunto de orações subordinadas à oração principal[50]:

Não é aconselhável que discutamos mais este assunto.
Ainda não sabemos se ele vai nos visitar.
Rita e Jorge já não quiseram ir ao cinema quando começou a chover.
(p.59)

Agora comparemos os dois exemplos abaixo:

Não consegui dormir.
Consegui não dormir. (p.59)

Quando há a negação de formas verbais com o sintagma verbal constituído de um auxiliar e um infinitivo, a negação pode vir tanto antes do auxiliar quanto depois, mudando um pouco o sentido; o exemplo acima, contudo, mostra que isso pode acontecer de outra maneira: na primeira oração, entende-se que a pessoa estava querendo dormir, contudo não conseguiu; já na segunda, a intenção era contrária e foi consumada: não se queria dormir. A negação tem, como escopo, a perífrase verbal na primeira oração e apenas o

[50] Entretanto, a oração subordinada pode ser negada, por si só: *Eu disse-lhe que não ficaríamos em casa (idem).*

verbo dormir, na segunda.

Na negação de formas nominais não-verbais, encontramos o maior número de palavras negativas: *não, nenhum, nada* (=coisa nenhuma)*, ninguém* (=pessoa nenhuma)*, sem, nem* e *(nem) sequer*.[51] Negar um advérbio ou uma locução adverbial, segundo o autor, parecer ser de uso mais restrito.

Logo em seguida, Uppendahl vem explicar-nos o que, para ele, são as negações reiteradas, também conhecidas como duplas ou mais vezes reiteradas – nas palavras do autor. Ele nos diz que a dupla negação pode ser usada sem grandes implicações, porém, quando há uma negação tripla, percebemos uma ênfase marcada e, em outros casos, temos as múltiplas negações servindo para afirmar algo, como outrora ocorria no latim.[52]

A negação por excelência, como já dito anteriormente, é *não* antes do verbo flexionado. Isso não impede, contudo, a presença de outras negações depois do verbo, como em:

> *Ana não falava com ninguém sobre seus sentimentos.*
> *Ele não viu nem ouviu ninguém (ou nada).*
> (p.66)

Assim como a presença de mais de uma negação na oração produz ênfase, a regularidade com que aparecem, na língua, também é fator determinante se uma construção negativa terá pouco ou muito reforço. Comparemos as seguintes orações:

> *Nenhuma resposta recebi deles.*
> *Não recebi nenhuma resposta deles.*(p.67)

---

[51] Em sua obra, Uppendahl traz cada uma delas e as exemplifica, o que não faremos aqui para não ficar cansativo.

[52] Said Ali nos informa que *diferentemente de nós, e de acôrdo com a linguagem vulgar, os escritores antigos, e ainda algumas vezes os quinhentistas, empregavam sem restrição a negação dupla, e até tríplice, com efeito reforçativo* (Said Ali,1964, p.198).

Na primeira, vemos que a colocação de um artigo indefinido no começo da oração produz uma ideia de reforço, ao passo que na segunda vemos uma oração, segundo o autor, com *nenhum ou pouco reforço (idem).*

> *O reforço da negação está intimamente ligado ao número das palavras negativas dentro duma oração. Mas como outro fator importante apresenta-se a estrutura de frases com negação, no sentido de que a alta freqüência dum tipo destas construções significa nenhum ou pouco reforço, enquanto que um tipo menos usado destas orações favorece a ênfase da negação. Em certos casos, é até possível que uma negação dentro dum período ou uma oração normalmente contenha mais reforço do que duas negações numa construção mais usada* (*id.,* p.66).

De ocorrência corriqueira em certos dialetos brasileiros, a presença de *não* após uma locução já marcada como negativa também é citada por Uppendahl.[53]

Quando, porém, em uma oração, há palavras de sentido negativo por derivação ou composição ou a preposição *sem*, caso apareça outra negação, o sentido do conjunto será afirmativo. Acompanhemos:

> *A empregada não trabalhava sem muitos sacrifícios.*
> *= Ela trabalhava com muitos sacrifícios.*
>
> *O inventário das palavras negativas não é invariável.*
> *= Ele é variável.*
>
> *Nosso amigo não se comporta como pessoa ingrata.*
> *= Ele demonstra gratidão suficiente.*

[53] MARROQUIM (1945) diz que as negativas, no dialeto nordestino, vem sempre duplicadas na oração, colocadas antes e depois do verbo: *'Tem tres vintens de troco ahi? - Nhôr não, que inda hoje não me deram nada. - Pois, si não tem troco, não tenho esmola não.' No tempo de Lampeão, 124* (p.205). Continua o autor dizendo que *o povo não sente a força da negativa antes do verbo e a acentúa repetindo o adverbio no fim. Talvez inflúa nisso uma questão tambem de fonetica e de ritmo: a sonoridade do monossilabo não arrasta para o final a tonicidade da frase* (idem). Em outras palavras, o autor parece já adiantar a questão da polaridade negativa (que discutiremos no capítulo 3 deste trabalho) em um determinado estágio de alguns falares nordestinos.

> *Não existe nenhum obstáculo que não possa ser superado.*
> *= Todos os obstáculos podem ser superados.*
> (p. 68-9)

Para cada par dessas frases, diz o autor,

> *[o] valor semântico é o mesmo; o significado estilístico, contudo, tem que ser qualificado como bem diferente: os períodos compostos com três negações pertencem a um estilo patético com muita ênfase, enquanto que as equivalências formam parte da linguagem quotidiana com pouco ou nenhum reforço* (*id.* p. 69, nota).

Termina o autor sua obra trazendo ainda exemplos de construções contraditórias e contrárias, analisando ainda construções subjuntivas com negação, o que julgamos desnecessário apresentar aqui.

O estudo das negações no português tem se mostrado um campo promissor, porém ainda pouco explorado pelos estudiosos da linguagem. Muito se há que falar, corroborando o que o latim trazia há séculos, ou refutando, pois a língua é um organismo vivo e está em constante mudança. Sendo assim, as negações, por exemplo, vão, com o passar do tempo, tomando novas formas, ganhando novos sentidos, passando de enfática para comum e, quiçá, perdendo-se em meio à língua.[54]

Neste segundo capítulo, pretendemos dar um panorama sobre a negação no português. Passaremos, agora, ao arcabouço teórico-metodológico para a análise de nosso objeto de estudo.

[54] Sobre esse tema, que remete ao círculo negativo de Jespersen (1965), trataremos mais tarde.

3. SINTATICIZAÇÃO E SEMANTICIZAÇÃO DA PARTÍCULA REM

Uma vez que apresentamos a Abordagem Multissistêmica da Língua, no primeiro capítulo deste trabalho, passaremos agora a aplicá-la, na tentativa de explicar as mudanças ocorridas com *rem*, segundo processos de sintaticização e semanticização, não sem antes tratarmos a respeito do *corpus* do qual obtivemos inúmeros exemplos para nossa análise.

3.1 *O Corpus* do Português de Davies e Ferreira e a nossa pesquisa

O *Corpus do português,* disponibilizado em http://www.corpusdoportugues.org/, traz um rico acervo, contando com mais de 45 milhões de palavras e 57 mil texto em português, cobrindo um período que vai do século XIV ao XX.

O *corpus* foi desenvolvido por Michael Ferreira – responsável pela identificação e edição dos textos do século XIV ao XVIII – e por Mark Davies – responsável pelos textos dos séculos XIX e XX e quem também arquitetou o *corpus* e engendrou sua interface, com o apoio das universidades de ambos (Brigham Young University e Georgetown University, respectivamente) e patrocinado por *US National Endowment of the Humanities.*

Separando por séculos, contamos com 15 milhões de palavras entre os séculos XIII e XVIII, além de 10 milhões no século XIX e 20 milhões no século XX (neste último podem ser achados textos ficcionais, acadêmicos, jornalísticos e orais), podendo ser pesquisadas de inúmeras maneiras: palavras ou frases exatas, lemas, classes gramaticais; podemos ainda pesquisar palavras vizinhas (com um limite de dez palavras de cada lado da palavra

em questão); há ainda a possibilidade encontrar a frequência e distribuição de sinônimos, comparando-os com outros países ou ao longo dos séculos. Somado a tudo isso, podemos criar listas de palavras para futuras pesquisas.

Segundo nos traz o site, podemos obter de

> *três maneiras diferentes, a comparação da frequência e distribuição de palavras, frases e construções gramaticais através dos textos:*
>
> ***Registro**: comparações entre o oral, a ficção, o jornalístico, e o acadêmico*
> ***Dialeto**: português brasileiro versus europeu no século XX*
> ***Período histórico**: comparação de séculos diferentes do XIV ao XX*[55]

As fontes utilizadas para formar seu *corpus* são:

→ Corpus Informatizado do Português Medieval[56] (séculos XIV e XV)

→ Tycho-Brahe Corpus[57] (séculos XVI ao XVIII)

→ LacioWeb[58] (séculos XX)

→ Floresta Sintáctica[59] (jornais do século XX)

→ Elisabete Ranchhod[60]

→ Jason Robinson

→ Corpus Lexicográfico do Português da Univerdade de Aveiro[61] (séculos XIV ao XIX)

→ Corpus eletrônico de textos históricos do Centro de Estudos Humanísticos da

---

55 Disponível em http://www.corpusdoportugues.org/x.asp. Acesso em 13 de dezembro de 2010.
56 Disponível em http://cipm.fcsh.unl.pt/.
57 Disponível em http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/ .
58 Disponível em http://www.nilc.icmc.usp.br/lacioweb/ .
59 Disponível em http://www.linguateca.pt/Floresta/ .
60 Disponível em http://label.ist.utl.pt/pages/eranchhod_pt.php .
61 Disponível em http://clp.dlc.ua.pt/inicio.aspx .

Univerdade do Minho

→ Corpus Eletrônico do CELGA[62]

→ Corpus Eletrônicos de forais e Vila Real e Bragança no Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douto.

Utilizando-nos de sua pesquisa, buscamos por *rem* e, selecionando todos os séculos disponíveis, obtivemos como resultado 294 ocorrências, elencadas segundo o século em que aparecem, em ordem decrescente: da mais recente para o mais remoto.

Em cada ocorrência, fica disponível a data da fonte e o título do documento em questão, bem como o contexto expandido em que *rem* aparece e ainda a palavra em questão destacada no texto, tal como ilustrado abaixo:

Data
Título Chartularium Universitatis Portugalensis vol. 1 (1300)

Expanded context:

. Johanes doctor legum Dom Joham pella graça de deus filho do moy nobre Rey dom Pedro meestre da caualaria da bordem daujs Regedor e defensor dos Reynos de Portugal e do algarue A quantos esta carta virem fazemos saber que os Reytores e Vnjuersidade do noso estudo da cidade de lixboa nos disserom que os ditos Reytores e Vnjuersidade acustumarom e aujam em custume e se usaua e aeustumaua antigamente e ora outrosy que quaeesquer estudantes em o dicto studo e seus ofiçiaees outrosy çitauam e faziam çitar seus deuedores e outras pesoas quaeesquer dos dictos Regnos que Eram obligados e theudos per qual ***rem*** *qualquer que fosem perante o conseruador que Era dado ao dicto studo asy se usaua e custumaua em tempo delRej dom fernando noso hirmãoo a que deus perdom E pedirom nos por merçee suplicando nos pera ello que lhe confirmasemos e outorgasemos o dicto uso e custume e jurdiçom priujlegio ordinhaçom que asy o dicto studo e conseruador auyam e de que asy usauam e acustumauam pera citarem e demandarem as dictas pesoas perante o dicto conseruador como dicto he. E Nos veendo o que nos supricauam e pediam E querendo lhes fazer graça*

[62] Disponível em http://www1.ci.uc.pt/celga/home.htm .

Com isso, podemos melhor observar em que contexto *rem* está inserido e, assim, prosseguir com nossa análise dos dados.

3.2 Sintaticização de *rem*

Tendo a palavra latina *nihil*, 'nada',

> *(...) formado em latim clássico a partir de "ne-hilum" (hilum = hilo, ponto negro das favas, isto é, quase nada), deixado de se empregar, as línguas românicas passaram a recorrer a outros vocábulos para exprimir o significado do pronome latino, caído em desuso.*
> *Assim, aparecem o "rien" do francês, do latim "rem", "nada" no espanhol e português (CASAGRANDE, 1973, p.15).*

Nada, portanto, passou a ser utilizado em favor da lacuna deixada pelo desaparecimento de *nihil* já no latim vulgar.

Defendendo a tese de que *nada* descende da expressão latina *(nulla) res nata*, encontramos os seguintes verbetes em dicionários:

> *Origem:* ***nada*** *vem de res* ***nata****, coisa nascida. (BECKLER, BACK & MASSING, 1994, p.2868)*

> *Nada, s. Do lat. nāta (res), "(coisa) nascida"; a história deste voc. não pode ser diferente dos correspondentes noutros romances hispânicos; assim, sabe-se que "todavía se empleaba adjectivamente nada cousa en el leonés de los SS. X y XV (MACHADO, 1967, p. 1640)*

Pensemos, ao invés da palavra *nada*, em como *rem,* presente na mesma expressão latina que a originou, passou a ser usado no português arcaico como negação.

Vejamos os exemplos retirados do *corpus do português:*

*(a) E todo peõ ou homë de fora que algûa **rem** quiser demãdar*

*(b) quando vejo me u filho, a **rem** do mundo que mais amava*

*(c) Ca bem sei, disse ele, que algûa **rem** achastes donde viindes*

*(d) E, por Deus, se em sabedes algûa **rem**, dizede-mi-o*

*(e) E ele nom lhi respondeu **rem**, mas começou-lhi a dar os maiores colpes que pôde.*

*(f) Entom começou a pensar e esteve assi gram peça que nom falou **rem**.*

*(g) Dos outros que em aquela aventura foram vos nom direi eu **rem**.*

*(h) e sabede que nunca houve maior vontade de **rem** no mundo como ora receber bautismo*

O que podemos observar de diferença entre os quatro primeiros e os quatro últimos é que, por estar presente na oração um advérbio de negação, *rem* tende a oscilar entre a categoria de substantivo e pronome indefinido com valor negativo nos exemplos (e), (f), (g) e (h).

Ao analisarmos os exemplos retirados do Corpus do português, vemos que *rem* apresenta três ocorrências distintas, a saber:

→ **Neg + *rem,* sendo *rem* = *coisa***, em que há uma ligação mais forte entre a negação e *rem*, sendo que sua interpretação se dá de modo *componencial:*

Certas, vós sodes morto, que nom há rem no mundo que vos guarneça, fora Deus.

→ **Neg + *rem*, sendo *rem* = nada**, cuja relação com a negação é menos forte que a ocorrência anterior, sendo menos componencial seu entendimento:

Mas nom lhi soube rem dizer.

→ ***Rem* = nada**, em que vemos *rem*, sem a presença de qualquer outra palavra negativa na oração, fazendo as vezes de negação:

ante que lhe ela rem podesse dizer

Como veremos com maiores detalhes em 3.3.1, a polaridade negativa, mormente o que nos traz Lima-Hernandes (2008), permite-nos pensar que, pela contiguidade sintática, *rem* foi influenciado pela negação presente na oração e tomou, para si, carga negativa (como exemplificado acima). Em seu texto, Lima-Hernandes diz que *rem*, já no português arcaico, necessitaria de *um item com polaridade negativa, compondo a dupla negativa no português arcaico, cumprindo o ciclo de reforço* (LIMA-HERNANDES, *op. cit.,* p. 9), reforço esse que Jespersen, no começo do século, já havia predito.

Dos 294 exemplos aqui coletados,[63] pudemos constatar que 246 apresentam *rem* sob influência de um advérbio de negação, podendo ser compreendido, então, entre o substantivo 'coisa' e o pronome indefinido 'nada', ao passo que, quando não há negação presente na oração e *rem* vem precedido por um pronome definido ou indefinido, não há como interpretá-lo como 'nada', mas sim, por ‘coisa’, como veremos logo mais.

Quando há a presença de um pronome indefinido precedente e, na mesma oração,

[63] Estes poderão ser vistos anexados no fim deste trabalho, tabulados.

há uma negação, vemos a formação da locução *nenhuma coisa* (como em *Nom há em vós niûa* ***rem*** *em que vos homem possa travar, fora em que nom sodes cristão),* que é encontrada como acepção para nada em muitos dicionários (ideia essa que será retomada em 3.3).

3.3 Semanticização de *rem*

Nihil, 'nada', foi um pronome indefinido latino que deixou de ser utilizado antes que o latim vulgar tomasse frente na história da língua. Sua declinação era defectiva, uma vez que não possuía formas próprias para todos os seus casos. Esse tipo de carência, segundo Monteagudo (2008), era suprido pela utilização de formas correspondentes de *nullus: no singular (…) xen. nullīus re, dat. nullī rei, abl. nulla re; no plural: nulli, nullae res, etc.* (MONTEAUGO, 2008).

Saraiva (2006), no verbete *nullus,* também nos traz exemplos da utilização desse vocábulo com *res*: *nulli rei esse ('Não prestar para coisa alguma'), nulla re una magis oratorem commendari (Cic. - 'que nada recomenda mais o orador'),* o que deixa transparecer que desde o tempo de Cícero podemos observar a construção *nullus* + *res,* já que *nihil* não detinha todos os casos. Isso vem refutar a ideia que tivemos, no começo de nossa pesquisa, de que essa negação só veio a se constituir durante o português arcaico.

Em textos latino-galaicos, Monteagudos (2008) deixa claro que encontrou ocorrências de *nulla rem* (segundo ele, uma locução gramaticalizada) em textos do século XI, XII e XIII e diz que, *en posición anteverbal, o máis corrente é que teñan valor negativo*

pleno (MONTEAGUDO, 2008).

Acerca dessa expressão, diz-nos o autor:

> *Nulla ren: locución pronominal con referencia inanimada (sinónima de nada) presenta aproximadamente oitenta e cinco ocorrencias nos cancioneiros [a partir de consulta ao TMILG[64]], o que dá testemuño da súa ampla circulación na linguaxe trobadoresca. É empregada por non menos de trinta e nove autores de diversas procedencias que cobren un abano cronolóxico que chega ata finais do século XIII. Porén, non se rexistra nos compositores máis tardíos, isto é, os que trobaron en Portugal na primeira metade do século XIV. (...) A obsolência de nulla ren vén en certa maneira anunciada na obra de Don Denis, pois o rei poeta - en xeral moi apegado aos modismos da linguaxe trobadoresca e por tanto, lingüísticamente máis ben conservador...* (MONTEAGUDO, 2008).

Pudemos constatar, não obstante, por intermédio de pesquisa realizada no C*orpus do português*, que não só quando aparece acompanhado por *nulha*, mas também quando é acompanhado por outra negação, *rem* passa a ter seu significado primeiro de *coisa* mudado para *nada, coisa alguma:*

Rem = coisa

> *(a) quando vejo me u filho, a **rem** do mundo que mais amava e o melhor cavaleiro do mundo*
>
> *(b) E eu vos farei escarnho na **rem** do mundo que mais amades, em vosso corpo.*

Rem = nada, coisa alguma

> *(c) Pois guardade-vos de mim, disse o cavaleiro, ca nom há **rem** do mundo que tanto desame como os daquela casa.*

---

[64] *Tesouro Medieval Informatizado da língua Galega* (TMILG) base de datos residente no Instituto da língua Galega da Universidade de Santiago de Compostela (MONTEAGUDO, 2008)

> *(d) se a vingança de Nosso Senhor veesse tam coitadamente como meu coraçom desejaria, nom tardaria* ***rem****,*

Ainda que possamos entender *rem*, na oração (c), como *coisa,* em (a) e (b) não poderíamos trocar *rem* por *nada.* Em (d), por sua vez, temos a noção de tempo que dificilmente poderia ser expressa por *coisa.*

Os exemplos deixam transparecer um contexto em que *rem* adquire sentido de *nada, coisa alguma*: quando há negação presente na oração, já que esta parece ter, em seu escopo, a palavra *rem*, influenciando-na negativamente.

Chierchia (2003) nos diz que *regras semânticas operam sobre estruturas sintáticas* e que *a noção de escopo terá reflexos semânticos* (CHIERCHIA, 2003, p.210-11); no nosso caso, podemos pensar que a negação presente nas orações detém, em seu escopo, *rem* e este, possuindo um significado negativo quando usado junto de negação desde o latim clássico, passa a reativar sua carga semântica negativa. Isso se encontra de acordo com a ideia de que uma palavra, segundo a Abordagem Multissistêmica, tem traços semânticos inerentes que são, segundo a necessidade, enfeitados pelo aparato sociocognitivo.

Ao observamos orações como

> *(e) Eu te prometo que mim nom saberás* ***rem*** *dizer que eu nom faça por haver teu amor*

vemos que, inserida na oração subordinada, há a negação que escopa o SV que se segue e, sendo *rem* objeto direito deste verbo, acaba por ser escopado junto.

Nesse tipo de negação, em que temos *não* + *verbo* + *coisa alguma/nada*, contexto em que obtivemos a maior parte das ocorrências de *rem* no *corpus* pesquisado (e que se

encontram anexado ao final deste trabalho), vemos o advérbio de negação *não* e *rem* servindo como um redobramento do advérbio. *No domínio da terminologia linguística, esse esquema de negação tem recebido dois rótulos: negação polar e negação redobrada* (CASTILHO, op. cit., p.577).

Para Moraes de Castilho (2005), esse tipo de redobramento está em vias de desaparecimento no português atual, sumindo o advérbio de negação e ficando só o segundo termo[65], o que também vemos acontecer com *rem*, uma vez que temos *rien* no francês, como nos atesta Ernout e Meillet no verbete *rēs, rēi: Le nominatif rēs a été fait sur l'accusatif rem, comme diēs sur diem; l'importance particulière de l'accusatif dans ce mot ressort de la conservation de cette forme dans fr. rien*[66] (ERNOUT & MEILLET, 1959, p.571).

Ao tratar da negação em seu dicionário filológico, Camara Junior (1964) a separa em três grupos e diz que o terceiro

> *(...) é constituído de vocábulos primitivamente afirmativos, que se tornaram negativos pela associação com a partícula não em frases negativas freqüentes; assim nada (lat. natam, part. pass. de nasci "nascer") provém da locução rem natam "coisa nascida" ou "coisa que exista", para reforçar a negação (ex.: non habeo rem natam), havendo no romanço português a elipse de rem. Também se verificou a elipse de natam, donde em francês rien (rem) e no português arcaico rem (ex.: "Não dou por tal enjinta ren", cf. Nunes, 1926, II12)* (CAMARA JUNIOR, 1964, p.277).

---

[65] A autora chama a atenção para o fato de que os estudiosos *parecem não ter notado que propriedades sintáticas comuns interligam os fatos […]. Não perceberam que se trata de fenômenos integrados num processo único que altera a tipologia de uma língua, ficando com os olhos voltados apenas para um dos pequenos efeitos gerados pela simplificação de um longo processo de redobramento, ou seja, se ativeram tão somente ao efeito semântico de ênfase (MORAES DE CASTILHO, 2005, p.39).* A autora cita a duplicação clítica, a recursividade do complementizador, o sujeito duplo, o deslocamento à esquerda e à direita com retomada ou sem retomada de pronomes, a topicalização com ou sem retomada de pronomes e a negação dupla como esses fenômenos em que se pensa somente na ênfase.

[66] O nominativo *rēs* foi feito a partir do acusativo *rem*, como *diēs* de *diem*; a importância particular do acusativo nessa palavra é resultado da conservação dessa forma no fr. *rien* (tradução nossa).

Mas não só no francês *rem* sobreviveu. Vemos dicionarizado *ren* na língua galega, como nos atestam os verbetes abaixo:

> *ren s.m. Nada, lo contrario de algo: nin ren, non falou ren* (GONZALEZ, 1961, p. 263).
>
> *ren (do lat. rēm, 'cousa') indef. Ningunha cousa, ou moi pouca cousa. Sin. nada. Ant. todo* (PENA, 2005, p.1091).

Utlizado, no sentido negativo, desde o latim, *rem* ainda hoje permanece em certas línguas românicas com a polaridade negativa que herdou das negações que, com ele, foram utilizadas.

Rem foi ativado como 'coisa', teve sua reativação como 'nada', 'coisa alguma' e, ainda no português arcaico foi suplantado por *nada,* ocorrendo então sua desativação. Sofreu, portanto, o processo de semanticização.

3.3.1 Polaridade negativa: quando o sim vira não

Segundo Ilari (1984), as expressões de polaridade negativa ocorrem em contextos em que a negação se faz presente.Quando dizemos *Ele não tem um tostão furado no bolso*, compreendemos que ele não tem dinheiro algum. Já ao afirmarmos que *Ele tinha um tostão furado no bolso*, entendemos de modo composicional: a presença de uma moeda furada no bolso (o que, necessariamente, não significa que a moeda tenha algum valor monetário, uma vez que está furada).

Ilari nos diz que

> *(...) as expressões negativas, à diferença das loucuções de polaridade negativa são capazes de dar origem a frases negativas por si. Embora o meio mais comum de formar frases negativas em português seja o uso do advérbio não, dispensa-se essa palavra (em determinados ambientes sintáticos) com nada, ninguém, nenhum* (ILARI, 1984, p.88).

Se dissermos *Ele não falou nada que...*, podemos retirar a negação explícita e ainda assim teremos uma oração negativa: *Nada falou que...*, ao contrário do que acontece com as locuções de polaridade negativas (dependentes, portanto, da negação explícita).

Lidamos, portanto, nesta dissertação, com uma expressão de polaridade negativa que, embora etimologicamente nascida como uma palavra afirmativa, veio a se firmar como negação dado o contexto em que ocorria.

O desenvolvimento de itens e estruturas no português, como em diversas línguas, evidencia que a presença de uma partícula negativa pode desencadear um jogo de prevalência da polaridade negativa sobre a positiva. Para Lima-Hernandes (2008), esse jogo de prevalência tem início por meio de inovações linguísticas ocasionadas pela transferência conceitual por meio de implicaturas convencionais e analogias (ao fim do que temos a chamada metáfora) e por causa de uma motivação pragmática, motivada pela reinterpretação induzida pelo contexto (a chamada metonímia), gerada por implicaturas conversacionais.

Comparando estudos da negação na língua francesa com o que ocorre atualmente na língua falada no Brasil, Lima-Hernandes (2008) apresenta exemplos de negação de

base pronominal ocupando posição pós-verbal, o que, segundo ela, desqualifica a língua portuguesa de ser considerada uma língua cuja negação é pré-verbal.

Exemplos como

(1) Tem *ninguém* no *chat*...
(2) Experimente usar *nada*
(3) Pratico *nenhum* esporte

retirados de seu texto, atestam essas ocorrências, mas não permitem apreender como passou a ocorrer esse processo.

Uma oposição reforço/economia linguística, observada em estudos pancrônicos, demonstra que alguns itens negativos se tornam obsoletos, já que houve a incorporação de sua polaridade por itens sintaticamente relacionados. A partir dessa ideia, a autora justifica a presença da dupla negação no português como forma de compensação pela habituação e consequente desgaste *(sic)* ocorridos. Isso cria um ciclo que já fora predito por Jespersen (1917).

Para Jespersen, o advérbio de negação é sujeito a debilitamento e, por conseguinte, sente a necessidade de se revigorar após ser debilitado. Para tanto, ele necessita de uma palavra de reforço que pode ser originalmente positiva. Nas palavras do próprio autor,

> The history of negative expressions in various languages makes us witness the following curious fluctuation: the original negative adverb is first weakened, then found insufficient and therefore strengthened, generally through some additional word, and this in its turn may be felt as the negative proper and may then in course of time be subject to the same development as the original word (JESPERSEN, 1917, p.4).[67]

[67] A história das expressões negativas, nas várias línguas, faz-nos testemunhar uma curiosa flutuação: o

Para ele, normalmente, os advérbios de negação são fracamente acentuados, pois uma outra palavra da oração recebe o acento de contraste – a oração negativa existe, segundo Jespersen, para apontar contraste e contradizer, ou seja, implicitamente há sempre uma ideia afirmativa por trás de uma negação. Segundo a lógica, a negação é subordinada a outra ideia[68] e, por isso, não é fortemente acentuada, vindo (a palavra negativa) a se tornar uma sílaba proclítica (ou até menos que isso), prefixada em alguma outra palavra.

Quiçá por medo que seu interlocutor não o escute ou não o compreenda, o falante acrescenta algo em sua fala para que o outro não tenha dúvidas quanto ao que está dizendo, coloca-nos Jespersen. Nesse contexto é que as palavras positivas, com o passar do tempo, vão se tornando negativas. Segundo nos coloca Kröll,

> *(...) a frequência de emprego em frases negativas faz com que tais palavras positivas de reforço fiquem pouco a pouco carregadas pela energia negativa da frase como que por um iman, até que por fim a própria energia acumulada chegue para independentemente desempenham funções negativas (KRÖLL, 1952).*

Pode contribuir para esse debilitamento o fato de que a negação tem a propensão de ser colocada no início da oração, uma vez que, ocupando essa posição, ela poderá sofrer falta de articulação pelo falante.[69] Podemos pensar que, por esse motivo, em

---

advérbio de negação original é, primeiramente, enfraquecido, achando-se, então, insuficiente e é, portanto, fortalecido, geralmente, através de uma palavra adicional; esta, por sua vez, pode ser percebida como a própria negativa e, então, no decorrer do tempo, estar sujeita ao mesmo desenvolvimento da palavra original (tradução nossa).

68 *O papel da negação é o de estabelecer uma relação regular entre os valores de verdade do enunciado construído mediante a negação, e do enunciado, incluído naquele, a que se antepõe o símbolo de negação por efeito da 3ª regra de construção: um é falso se o outro é verdadeiro (ILARI, 1986, p.131).*

69 Nas palavras do próprio Jespersen: *the speaker begins to articulate, or thinks he begins to articulate, but*

português, ocorrem construções como *de maneira alguma.*[70]

Ao invés de pensarmos numa *energia acumulada*, como nos coloca Kröll, podemos pensar na polaridade negativa. Se a negação for marcada por um clítico, este, por ser desprovido de tonicidade e tendo de desempenhar seu papel, acaba necessitando de reforço; surge, então, a dupla negação, instaurada por uma pressão funcional: *a necessidade de reforço (para ser compreendido) e a necessidade de elisão pela alta pressuposição. Assim, a negação é reforçada por itens de polaridade negativa que sinalizam a presença da negação. O resultado é a concordância negativa (LIMA-HERNANDES, idem).* Os clíticos não sendo mais exigidos se tornam redundantes e são elididos da superfície linguística – ou desativados, na voz de Castilho (2004).

O exemplo, por excelência, usado na literatura para ilustrar esse fato é a negação no francês: *pas,* originalmente significando *passo*, era utilizado em construções em que o verbo era de movimento, como em *Il ne marche pas* (literalmente, *ele não anda passo*). Com o tempo, contudo, *pas* passou a ser utilizado com outros verbos que não indicavam movimento, passando a ter alta frequência de uso, e acabou por se constituir um item da negação da língua (como em *Il ne mange pas*), influenciado por *ne.* Atualmente, na língua

---

produces no audible sound (either for want of expiration, or because he does not put his vocal chords in the proper position) till one or two syllabes after the beginning of what he intended to say. The phenomenon is particularly frequent,and may become a regular speech-habit, in the caseo of certain set phrases, but may spread from these to other parts of the language (JESPERSEN, 1917, p. 6) - o falante começa a articular, ou pensa que começa, mas não produz nenhum som audível (seja por falta de expiração, ou porque ele não coloca suas cordas vocais na posição correta) até uma ou duas sílabas após o início do que ele pretendia dizer. O fenômeno é, particularmente, frequente, e pode se tornar um hábito regular de fala, no caso de certas expressões, podendo, porém, se espalhar para outras partes da língua (tradução nossa).

[70] FIGUEIREDO (1930) nos diz, não obstante, que *algum, com significação negativa, não se me deparou nunca na história da língua, excepto numa passagem das Ordenações Afonsinas, em que aparece sentença algũa, no sentido de sentença nenhuma (…) sobejam provas de que homem algum não significa homem nenhum antes pelo contrário; isto é, quando algum é posposto a um substantivo, significa o mesmo que quando é anteposto. Por outra: homem algum é o mesmo que algum homem* (FIGUEIREDO, 1030, p.65).

oral francesa, observa-se a ausência dessa última partícula negativa *pas* presente nessas orações: *je me rapelle pas.*

O mesmo parece ocorrer, no português arcaico, com a partícula que nos é de interesse neste trabalho: *rem.*[71] *Rem* é o acusativo de *res*, palavra latina que tem, dentre outros, o significado de 'coisa' e, com esse significado, é encontrado na literatura medieval: *Por Deus, se vos errei em algûa* ***rem****, perdoade-m.*[72] Não obstante, com a presença de outra negação na oração, *rem* demonstra apresentar significado de 'nada': *Certas, vós sodes morto, que nom há* ***rem*** *no mundo que vos guaresça, fora Deus.*[73]

O exemplo acima atesta uma condição que para Lima-Hernandes, é *sine qua non* para que a mudança de polaridade ocorra: a contiguidade sintática, uma vez que, para a autora, a alteração na polaridade é desencadeada pela metonímia.[74]

Já Negri (2006) começa seu trabalho sobre expressões de polaridade negativa dizendo que é difícil situar em que área estudá-las: se na pragmática ou na semântica, uma vez que a questão é

> *(…) se tais fenômenos se constituem per se como semânticos ou como pragmáticos segundo sua natureza e terão seu enquadramento em uma ou outra dessas disciplinas sendo, consequentemente, explicados em cada uma delas conforme seu instrumental teórico; ou, ao contrário, são invocados como fiéis da balança para definir o alcance de cada uma dessas disciplinas, e, nesse caso, passam de explicandi a explicans (NEGRI, 2006, p.12)*.

---

[71] A grafia de *rem* variava, nos textos da época. Podemos encontra-lo grafado *rem, ren, rẽ.*

[72] Exemplo retirado da Demanda do Santo Graal, cópia do século XV, extraído do *Corpus do português*, aqui usado como *corpus.*

[73] *Idem.*

[74] Diz a autora que *a presença de uma partícula negativa pode desencadear um jogo de prevalência da polaridade negativa sobre a positiva (*LIMA-HERNANDES, 2008). Dada a frequência com que isso ocorre, a negação é incorporada e entende-se por metonímia esse processo de incorporação.

Baseando-se no texto de Ilari (1984), Negri diz que a gramática normativa reconhece a existência das chamadas expressões negativas (*nada, nenhum, etc*), porém é incapaz de dar o mesmo rótulo para palavras como *patavinas,*[75] mesmo elas tendo valor negativo, observável pelo seguinte:

> Não disse *nada* desabonador – *Nada* disse de desabonador
> Não entendeu *bulhufas* – *Bulhufas* não entendeu (NEGRI, 2006, p.17)

As expressões negativas ocorrem sempre juntas de uma negação explícita *não* quando seguem o verbo e, quando o precedem, ocorrem sozinhas. Porém, as expressões polares sempre precisam de uma negação explícita que as acompanhe.

Ilari (1984) questiona se as locuções negativas polares são idiossincráticas ou não, uma vez que elas apresentam forte interpretação como expressões idiomáticas (ou seja, seu sentido é entendido junto a um bloco, e não composicionalmente, como vimos no começo desta parte do trabalho). Comparemos os exemplos citados por Negri:

> 1a) Joana não é *flor que se cheire.* (= é pouco confiável)
> 1b) *Joana é *flor que se cheire.*
>
> 2a) A criança não *sofreu um arranhão.* (= saiu ilesa)
> 2b) A criança *sofreu um arranhão* (*idem,* p.18)

Esses predicados são interpretados, segundo Ilari (1984), idiomaticamente, não de maneira literal-composicional: *não ser flor que se cheire* não é o contrário de ser uma flor cheirosa, mas sim, ser pessoa pouco confiável. Esse tipo de interpretação desaparece

[75] *O ambiente em que habitualmente ocorrem (…) é como objeto ou adjunto adverbial de um verbo negado. Essa duplicidade de papéis sintáticos, patavinas, picas e bulhufas compartilham com nada, coisa nenhuma e coisa alguma* (ILARI, 1984, p.86).

quando olhamos para as orações afirmativas: *sofrer um arranhão* é interpretado de maneira composicional, ou seja, a criança foi arranhada. Não *ser flor que se cheire* é interpretado com um significado peculiar e sua oração, sem a negação, tornaria-se agramatical.

Analisar os contextos em que ocorrem, para Ilari, é imprescindível para a compreensão de tais expressões: *investigar a natureza das locuções de polaridade negativa é em grande parte investigar a natureza dos contextos que facultam (ou impedem) sua ocorrência* (ILARI, 1984, p.91).

> *O que se pode observar é que há, na maioria das línguas, certas expressões que parecem requerer a presença de uma negação para que possam ocorrer. Em alguns casos algumas dessas expressões terão interpretação diferenciada conforme ocorram em um contexto negativo ou em um positivo (NEGRI, 2006, p.14)*.

Na esteira desses comentários, Vitral (1999), ainda que observador da linguagem segundo uma ótica formalista, diz que existem alguns itens (chamados por ele de "itens de polaridade negativa") que necessitam da presença de uma negação na mesma oração. Exemplificando, ele cita uma oração inglesa que, destituída de *not*, soaria agramatical:

> I didn't see anybody
> *I saw anybody (VITRAL, 1999)

Dessa forma, os constituintes nomeados de quantificadores negativos exigem a presença da partícula *não* quando se alocam numa posição pós-vebal, mas parecem impedir sua ocorrência quando se encontram em uma posição pré-verbal, como em *nobody came*.

Nos exemplos do século XIV e XV, coletados do *Corpus do português*, parece correr a necessidade da presença de uma negação junto da partícula *rem*, para que esta apresenta significado de 'coisa alguma':

*(1) quanto con elle passara e o pesar que dello ouvera sua filha, que **rem** nõ lhes negou.*

*(2) Vós me conjurastes tanto que per **rem** nom vos mentisse:*

Não obstante, vemos, na mesma época, *rem* apresentar, em determinados exemplos, uma autonomia maior – ainda que ocorrendo com uma negação, pois possui significado de ‘nada’:

*(3) E bem assi como o disse o fez, que fez todo destruir que nom ficou **rem**.*
*(4) Certas, vós sodes morto, que nom há **rem** no mundo que vos guaresça, fora Deus.*
*(5) e que se nom partiria del per **rem** que aveesse*

Vemos, por último, a ocorrência de *rem* significando 'nada' sem a presença de outra negação na cadeia sintática:

*(6) ante que lhe ela **rem** podesse dizer:*

Isso vem atestar o que vimos dizendo, desde o começo: como Saraiva (2006) nos apresenta, *rem* já detinha, nos idos do latim, o valor de negação quando seguido por outra palavra negativa (mormente *nulla*). Esse traço negativo foi reativado, no português-arcaico, e permitiu que *rem* se firmasse como negação em galego (*rem*), catalão (*res*) e francês (*rien*), por exemplo, ainda que tinha sumido do português.

CONCLUSÃO

Começamos esta dissertação almejando demonstrar que a partícula *rem* percorreu longo caminho de significação desde o latim: etimologicamente, *res,* dentre muitos significados, era ‘coisa’. Utilizada na expressão *nulla res nata,* começou a ganhar traços negativos, traços esses que vieram a se firmar no português-arcaico, séculos mais tarde, quando *res,* em sua forma acusativa *rem*, acompanhado por uma negação (quer seja *nulha*, quer seja *non* ou outras mais) passou a apresentar valor de negação, uma vez que a frequência de construções desse tipo era alta.

Jespersen (1917), em seu Ciclo negativo, já dizia que há uma sorte de debilitamento das palavras, situação na qual elas necessitam de outras palavras para firmar sua significação. *Pas,* do francês, normalmente é utilizado para exemplificar esse ciclo, mas podemos ver semelhanças com o uso de *neg* + *rem* no português-arcaico: primeiro, *rem* significa ‘coisa’ mas, com a presença de uma negação na oração, passa a significar ‘coisa alguma’. Mais autônomo passa a ser, então, com significado de ‘nada’, independente da presença ou não de negação na oração. Outrossim, estudos acerca das negações no português e no latim demonstram que essas construções podem (e podiam!) ser duplas – o que valida a construção que vimos estudando.

Escolhida dentre muitas, a Abordagem Multissistêmica da Língua, de Castilho (mormente 2010), preconiza que as palavras podem reativar traços de outrora, tornando claro o que ocorre com *rem* desde o latim, vindo a culminar na sua profícua utilização no português-arcaico e conseguinte permanência em línguas afins, como o francês (*rien*) e o galego (*rem*).

Procuramos demonstrar, usando dessa abordagem, as variadas etapas de mudança sintático-semântica da partícula *rem*. Em relação à sintaticização, observamos que a contiguidade sintática é quem desencadeia a mudança de palavra positiva para negativa. Já na semanticização, trouxemos à discussão a polaridade negativa, abordada por ILARI (1984), NEGRI (2006) e LIMA-HERNANDES (2008), discutindo a mudança do traço positivo para o negativo.

Esta dissertação não pretendeu, em si, esgotar todas as possibilidades de estudo da polaridade negativa e, muito menos, da negação no português. Pretendeu, sim, expandir as explicações encontradas em gramáticas e manuais de linguística que dizem que *rem* teve seu valor de afirmação mudado com o passar do tempo, bem como validar a Abordagem multisistêmica, uma vez que esta deu conta de explicar o que se passou com nossa partícula de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, R. Variedades semânticas do latim vulgar. *In*. *Cadernos do CNLF, série V, nº 8. A Filologia Ontem e Hoje.* 2001. Disponível em <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ8_11.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

BASSETO, B. F. Elementos de filologia românica: história externa das línguas, v.1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

BECKLER, E.; BACK, S. & MASSING, E. R. Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa. Vol III. Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil. Gráfica UNISINOS, 1994.

BRAGA, H. S. Desaparecimento da flexão verbal como marca de tratamento do modo imperativo – um caso de variação e mudança no português brasileiro. Tese de mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

BOFF, V. M. M. Da dificuldade em definiri "latim vulgar". Monografia de conclusão de curso. Campinas, SP: IEL, 2010.

BUENO, F. S. Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa. 6º vol., Edição Saraiva, São Paulo, 1966.

BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (editor). The handbook of historical linguistics. Oxford: Blackwell, 2003a, p. 602-623.

_____. Mechanisms of change as universals of language. In MAIRAL, R; GIL, J. (eds). Entorno a los universales linguisticos. Cambridge: Cambridge University Press, 2003b, p. 245-263.

BRAGA, H. S. Desaparecimento da flexão verbal como marca de tratamento do modo imperativo – um caso de variação e mudança no português brasileiro. Tese de mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.

CÂMARA JUNIOR, J. M.. Dicionário de filologia e gramática. 2ª edição. Rio de Janeiro: J. Ozon Editor, 1964.

_____. Dicionário de lingüística e gramática. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1977.

_____. História da linguística. Trad. de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

Cancioneiro da ajuda. Edição de C. M. de Vasconcellos. Reimpressão da edição de Halle, 1904.

CASAGRANDE, J. L. C. Introdução ao estudo da negação em português arcaico. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto, 1973.

CASTILHO, A. T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Abordagem da Língua como sistema complexo: contribuições para uma nova lingüística histórica. In: CASTILHO, A. T. et alli (orgs.) Descrição, história e aquisição do português brasileiro. Campinas, SP: Pontes/FAPESP, 2007,p.329-360.

_____. Proposta funcionalista de mudança linguística: os processos de

lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização na constituição das línguas. In: LOBO et ali. (orgs. 2006, tomo I: 223-296).

_____. Unidirectionality or multidirectionality? Revista do GEL. 2004: 35-48.

CASTILHO, A. T. de & CASTILHO, C. M. M. de. Perspectiva multissistêmica da concordância na história do português brasileiro. In. VIII Seminário Nacional do PHPB. 2010.

_____. A língua fala no ensino do português. São Paulo: Contexto; 6ed. 1998a/2004.

_____. Langue parlée et processus grammaticaux. In: BILGER/ VAN DEN EYDEN/ GADET (eds. 1998b: 141-148).

_____. Aspectos teóricos de la descriptión de la lengua hablada. In: BERNALES/ CONSTRERAS (orgs. 1998c: 23-37).

_____. Língua falada e processos gramaticiais. In: GROSSE/ ZIMMERMANN (orgs. 1998d: 37-72).

_____. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Contribuição ao debate sobre gramaticalização no cont4exto do PHPB. In: DIETRICH/NOLL (orgs. 2004b: 203-230).

CASTRO, I. Introdução à história do português. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CHIERCHIA, G. Semântica. Trad. L. A. Pagani, L. Negri, R. Ilari. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Londrina, PR: EDUEL, 2003.

COSERIU, E. Sincronia, diacronia e história. In. Sincronia, diacronia e história. O problema da mudança lingüística. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COSTA, M. C. R. Modalidade e gramaticalização: Estratégias discursivas na fala carioca. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des mots. 4ª ed. Paris, Librairie C. Klincksieck, 1959.

DIK, S. The theory of Functional grammar – part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris Publications Holland, 1989.

ERNOUT, A. & THOMAS, F. Syntaxe latine. 2 ed. Paris, Éditions klincksieck, 1972.

FIGUEIREDO, C. de. Linguagem de Camões nas suas relações com a linguagem de hoje. 2ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1930.

FONTAINE, J. O círculo linguístico de Praga. Trad. João Pedro Mendes. São Paulo: Cultrix, 1978.

FURTADO DA CUNHA, M. A. O modelo das motivações competidoras no domínio funcional da negação. In: Revista Delta. São Paulo, v.17, n.1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010244502001000100001&lng=en&nrm=iso> Acesso em 10 de agosto de 2010.

FURTADO DA CUNHA, M. A. *et alli*. Pressupostos teóricos fundamentais. I n. Lingüística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2003, p. 29-55.

GIVÓN, T. From discourse to syntax: grammar as a processing strategy. In: Syntax and semantics 12. Discourse and syntaxe. New York: Academic Press, 1979.

_____. Functionalism and grammar. Philadelphia: John Benjamins, 1995.

_____. On understanding grammar. New York: Academic Press, 1979.

_____. Syntax: A functional-typological introduction. Volume I. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

_____. Historical syntax and synchronic morphology: an archaelogist's fieldtrip. In: Regional meeting of Chicago linguistic society, 7. Papers. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1971, p. 394-415.

GLEICK, J. Chaos: making a new science. UK: Penguin Books, 1988.

GONÇALVES, S. C. L. *et alli*. Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GONZALEZ, E. R. Diccionario enciclopedico galego-castelano. Tomo II. Vigo: Editorial Galaxia, 1961.

HALLIDAY, M. A. K. An introduction to functional grammar. Baltimore: Edward Arnold, 1985/1994.

HALLIDAY, M.A.K; HASAN, R. Cohesion in English. London: Longman, 1976.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.C., HEINE, B. (orgs.). Approches to grammaticalization. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.

HUBACK, A. P. da S. Sobre os efeitos das frequências de token e type nas representações lingüísticas. In Anais da VIII semana de letras. Universidade Federal de Ouro Preto, 2003. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/semanadeletras/viii/arquivos/trab/k2.doc.>. Acesso em 08 de outubro de 2010.

IBAÑEZ, R. Negation in Spanischen. München: Fink: 1972.

ILARI, R. Lingüística românica. 3ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2002.

_____. Locuções negativas polares: reflexões sobre um tema de todo mundo. In: Lingüística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Minas Gerais: Uberaba, 1984, p.83-97.

_____. Perspectiva funcional da frase portuguesa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

JESPERSEN, O. Negation in English and other languages. Kobenhaven, 1917.

JOTA, Z. S. Dicionário de linguística. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

KATO, M. Formas de funcionalismo na sintaxe. In. D.E.L.T.A., vol 14, nº especial, 1998, p. 145-168.

KRÖLL, H. Sobre nada e algumas expressões equivalentes em português. In: Boletim de filologia. Tomo XIII. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1952. Disponível em: <www.instituto-camoes.pt/cvc/bdc/lingua/boletimfilologia/13//pag1_19.pdf >. Acesso em 11 de agosto de 2010.

LAPA, M. R. Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses. 4ª ed. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995.

LIMA-HERNANDES, M. C. A gramaticalização e o processo de metonímia: incorporação da negação no português. In: MAGALHÃES, J. S. de & TRAVAGLIA, L. C. (orgs.). Múltiplas perspectivas em Lingüística. Uberlândia: ILEEL/ UFU, 2008.

LORENZ, E. The essence of chaos. UCL Press, 1963.

MACHADO, J. P. Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. 2ª ed., Vol III, Editorial

Confluência, Lisboa, 1967.
MARCUSCHI, L. A. Linguística de Texto: O que é e como se faz? Recife: UFPE, 1983/2009.
MARROQUIM, M. A língua do nordeste (Alagoas e Pernambuco). 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, M.E.; VOTRE, S.J.; CEZARIO, M. M. (orgs.). Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
MARTELOTTA M . E. ; AREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In. Linguística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2003, p. 17-28.
MARTINET, A. A linguística sincrônica. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974.
MARTINS, A. M. Aspectos da negação na história das línguas românicas (da natureza de palavras como 'nenhum', 'nada', 'ninguém'), in Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Lingüística, 1994, p. 179-210. Disponível em <http://www.apl.org.pt/docs/actas-12-encontro-apl-1996_vol2.pdf>. Acesso em 18 de agosto de 2010.
MATTOS E SILVA, R. V. O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
_____. O português arcaico: uma aproximação. V I – Léxico e morfologia. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008a.
_____. O português arcaico: uma aproximação. Vol II – Sintaxe e fonologia. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008b.
MAURER JR., T. H. Gramática do latim vulgar. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
_____. O problema do latim vulgar. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1962.
MEILLET, A. Linguistique historique et linguistique générale. Paris: Libraire Ancienne Honoré Champion, 1948 [1912].
MEIRA, A. C. G. A.; CAMPOS, A. S. L.; NEPOMUCENO, A. R. Uma breve análise das teorias linguísticas. In. Revista Querubim. Ano 5, nº 08, vol. 2., 2009, p. 11-18. Disponível em <http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/n__8__2009_querubim_v_2.pdf >. Acessado em 29 de outubro de 2010.
MICHAELIS 2000: moderno dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Reader's Digest; São Paulo: Melhoramentos, 2000.
MÓDOLO, M. Gramaticalização das conjunções correlatas no Português. Tese de doutorado. FFLCH-USP, São Paulo, 2004.
MONTEAGUDO, H. Letras primeiras. O foral de Caldelas, os primordios da lírica trobadoresca e a emerxencia do galego. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2008.
MORAES DE CASTILHO, C. M. O processo de redobramento sintático no português medieval: formação das perífrases com estar. Tese de doutorado. Campinas, SP: IEL, 2005

NEVES, M. H. de M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEGRI, L. Zona de fronteira. A delimitação entre a semântica e a pragmática sob a lente das expressões de polaridade negativa. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR, 2006.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa conforme Acordo Ortográfico. São Paulo: Texto Editores, 2008.

NUNES, J. J. Crestomatia arcaica. 7 ed. Lisboa: Clássica, 1970.

OLIVEIRA, L. A. Formalismo e funcionalismo: fatias da mesma torta. In Sitientibus – Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, nº 29, 2003, p. 95-104. Disponível em <http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/29/formalismo_e_funcionalismo_fatias_da_mesma_torta.pdf>, acessado em 20 de outubro de 2010.

OLIVEIRA, R. de F. C.; CARVALHO E SILVA, T. do A. Aspectos da negação do português arcaico dos séculos XIII e XIV (período galego-português). In Língua, literatura e ensino. V. II., 2007. Disponível em <http://www.iel.unicamp.br/seer/sepeg/ojs/viewarticle.php?id=85>. Acesso em 20 de agosto de 2010.

PENA, X. A. (dir.) Gran dicionario século 21 da lingua galega. 2ª ed. Vigo: Editorial Galaxia, 2006.

PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à linguística: princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

RENZI, L. Nouva introduzione alla filologia romanza. Bologna: il Mulino, 1994.

RIEMANN, O. Syntaxe latine. Paris, Libraire C. Klincksieck, 1942.

SAID ALI, M. Gramática histórica da língua portuguesa. 3ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

SANKOFF G.; BROWN, P. The origins of syntax in discourse. In: Language, v.52, n.3, p.631-666, 1976.

SARAIVA, F. R. dos S. Novíssimo dicionário latino-português. Etimológico, prosódico, histórico, geográfico, mitológico, biográfico, etc. 12ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.

SAUSSURE, F. de. Curso de linguística geral. 30ª ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

SILVA NETO, S. História do latim vulgar. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957.

TEYSSIER, P. História da língua portuguesa. Trad. Celso Cunha. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

THOMPSON, S. ; MATTHIESSEN, C. The Structure of Discourse and 'Subordination'. In John Haiman and Sandra A.Thompson, eds., Clause Combining in Grammar and Discourse, Amsterdam: John Benjamins, 1988.

TRAUGOTT, E.C.; HEINE, B. (ed.). Approaches to Grammaticalization vol. II, Benjamins, Amsterdam, 1990.

TRASK, R. L. Dicionário de linguagem e lingüística. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

UPPENDAHL, K. A negação em português (com referência a outras línguas, especialmente o espanhol). Porto Alegre: Editora da URGS, 1979.

ZIPF, G. K. Human behavior and the principle os least effort: an introduction to human ecology. Cambridge: MA, 1949.

ANEXOS

Tabulação dos dados

Ordem sintática	Número de ocorrências	Exemplos
Rem + neg	18	Ora vos guardade que ja mais ante avaleiro **rem** nom faledes,
Neg + Pron indef + *rem*	5	Nom há em vós niûa **rem** em que vos homem possa travar, fora em que nom sodes cristão.
Neg + *rem*	228	Senhor, non vi **rem.** E pois catou gram peça e viu que per si nom podia saber **rem.**,
Pron rel + *rem*	5	e outras pesoas quaeesquer dos dictos Regnos que Eram obligados e theudos per qual **rem** qualquer que fosem perante o conseruador
Pron indef/ def/ adj femininos + *rem*	37	a mais fremosa **rem** que el nunca viu. rogade a Nosso Senhor que me mostre ende algûa **rem**, Quando el-rei viu que nom podia fazer em aquel cerco nula **rem** a as honra,
Rem	1	Ante que lhe ela **rem** podesse dizer:

Exemplos retirados do Corpus do português

→ REM + NEG = coisa

503[76] (1300): convem a saber desesete libras de dinheiros Portugueses que a tanto a nos e a vos aprougue e do preço a pres de vos **rem** nom ficou por dar em divida.

488 (1300-1400): - Senhor, Deus, que sabe todalas cousas, a que se **rem** nõ esconde,

486 (1300-1400): e quanto con elle passara e o pesar que dello ouvera sua filha, que **rem** nõ lhes negou.

448 (cópia séc. XV): e foi a ele e meteu-lhi o coitelo polo coraçom assi que foi logo morto que **rem** nom falou nem se meceu nem a raÏa nom se espertou.

399 (cópia séc. XV): Sabede que o castelo estava em ûa gram montanha e era tam forte que **rem** nom timia.

376 (cópia séc.XV): E aveo-vos assi que ainda ende **rem** milhor nom havedes,

371 (cópia séc. XV): E quando o clérigo chegou aa secreta virom ûa cousa onde se maravilharom mais ca de **rem** que nunca vissem ca virom,

316 (cópia séc. XV): Ele respondeu com gram pesar: Irmãã, tod'esto **rem** nom val nada;

292 (cópia séc. XV): ca vós seríades mais espantados que de **rem** que nunca ouvistes,

283 (cópia séc. XV): Ora vos guardade que ja mais ante cavaleiro **rem** nom faledes,

276 (cópia séc. XV): Assi ia pensando, tam espantado que **rem**. nom falava.

---

[76] Os números que aqui aparecem dizem respeito ao número da ocorrência no *Corpus* do português, quando a pesquisa foi feita. Os dados aparecem da seguinte forma: número da ocorrência, datação e trecho, no qual *rem* aparece destacado. As cópias do século XV são cópias tardias.

273 (cópia séc. XV): que me dedes ûû dom que **rem** vos nom custará.

261 (cópia séc. XV): maravilhou-se mais de **rem** que nunca visse e disse:

246 (cópia séc. XV): ca eu som aquel quer per **rem** nom me combaterei com vosco,

224 (cópia séc. XV): Vós me conjurastes tanto que per **rem** nom vos mentisse:

216 (cópia séc. XV): e tanto havia gram sabor de o ouvir que **rem** do mundo nom lhe prazia tanto.

210 (cópia séc. XV): mas **rem** nom se mostrou em niûû destes.

206 (cópia séc. XV): Maravilha pode ende avÏir, se **rem** eu nunca soube.

→ NEG + PRON INDEF + REM = coisa

484 (1300-1400): ElRey estaua muj sanhudo e os sabedores estaua mudos que nõ ssabyam cotradizer se nõ algûas poucas pallauras vaas que nõ ualia në hûa **Rem**.

483 (1300-1400): tu sseseueres seras sseguro. sse dormiris Jaras e gram ffolgaça e nõ aueras temor de në hûu **Rem** nem temeras as tëtaçõoes fortes dos demoes.

477 (1400-1500): Porque o pobre ha todo o mûdo aa sua uõõtade, ca elle nõ deseia gaanhar nëhûa cousa, porque despreza as riquezas e nõ ha temor de perder nehûa cousa, porque nõ tem nehûa **rem**.

383 (cópia séc. XV): Nom há em vós niûa **rem** em que vos homem possa travar, fora em que nom sodes cristão.

219 (cópia séc. XV): E per niûa **rem**, disse ela, nom posso eu

→ NEG + REM = nada

499 (1340-1360): E o dono do gáádo nõ lhi de **rem** se nõ aquilo que lhi custou. a guardar

494 (1300-1400): E, por esto que disse, lhe mandou dom Mudarra Gonçalvez dar tantas pããcadas que nõ fallava **rem**.

492 (1300-1400): Ally filhou Abderame todallas cousas que os mouros avyam em Espanha, pero que lhes nõ filhou casas nem vinhas nem villas nem **rem** do seu senhorio.

490 (1300-1400): E Muça se guisou logo toste e tam ben que lhe non fallecia **rem** de quanto avya mester pera a guerra.

485 (1300-1400): E, quando eu esto vy, pesoume muyto, ca son assaz temudo e honrrado per ella; e nõ soube **rem** que lhe dizer.

476 (cópia séc XV): E bem assi como o disse o fez, que fez todo destruir que nom ficou **rem**.

472 (cópia séc. XV): Quando Meraugis esto ouviu foi maravilhado da maravilha que ende houve ca nom há **rem** per que cuidasse que tam honrados cavaleiros

471 (cópia séc. XV): Nom sei, disse el; nom daria **rem** por pousada tanto que hei gram pesar.

470 (cópia séc. XV): Certas, vós sodes morto, que nom há **rem** no mundo que vos guaresça, fora Deus.

469 (cópia séc. XV): Donzela, tarde mo dissestes e já me nom val **rem** sa viinda

468 (cópia séc. XV): Mas nom lhi soube **rem** dizer

467 (cópia séc. XV): ca nom desamava **rem** do mundo tanto como Mordaret e seus filhos.

466 (cópia séc. XV): Como Giflet ergueu a campãa e nom viu **rem** fora o elmo de rei Artur

465 (cópia séc. XV): Entom fez que ergueu a campãã e quando catou dentro nom viu **rem** fora o elmo de rei Artur

464 (cópia séc. XV): e que se nom partiria del per **rem** que aveesse

443 (cópia séc. XV): Nom quiséssedes per **rem** a atam bõõ cavaleiro talhar a cabeça,

463 (cópia séc. XV): Senhor, disse el, nom vi **rem**.

462 (cópia séc. XV): Senhor, nom vi **rem**.

461 (cópia séc. XV): Dom Artur, vós me matastes dõado e combateste-vos comigo gram peça e nom ganhaste s i **rem**.

460 (cópia séc. XV): Mas nom jouve em terra **rem** ca seus vassalos o erguerom.

458 (cópia séc. XV): e nom derom **rem** por seu cerco,

457 (cópia séc. XV): Quando esto viu Galvam nom ho u ve tanto de poder que podesse falar **rem**

456 (cópia séc. XV): E el houve gram pesar destas novas e nom respondeu a **rem** que lhi dissessem

455 (cópia séc. XV): já eu aquele castelo vi e direitamente é o castelo tam forte que nom teme **rem** fora traiçom.

454 (cópia séc. XV): El-rei nom tornou a **rem** que lhi dissesse,

452 (cópia séc. XV): Agravaim, nom daria **rem** por esto,

451 (cópia séc. XV): Entom começou a pensar e esteve assi gram peça que nom falou **rem**.

450 (cópia séc. XV): Se Deus m'ajude, disse Agravaim, nom vos em direi mas **rem**.

447 (cópia séc. XV): e nom lhi saberiam preguntar **rem** de clerezia

447 (cópia séc. XV): E o donzel se salvava o melhor que podia mas nom lhi valia **rem**,

440 (cópia séc. XV): Sabede, disse Lançalot, que vedes ûû dos bo n s cavaleiros do mundo e nom há muito que o eu provei aa lança e nom houvi sobr'el **rem** de melhoria.

438 (cópia séc. XV): Dos outros que em aquela aventura foram vos nom direi eu **rem**.

437 (cópia séc. XV): E Galaaz tomou o bacio sobre sas coixas u cuidou que nom havia **rem** e,

436 (cópia séc. XV): E pois o filhou, nom viu dentro **rem** pero bem cuidava que havia i muito sangui

435 (cópia séc. XV): Desarmemos-nos, ca per armas nom faremos aqui **rem** mas pola mercee de Nosso Senhor que nos poderá ajudar i mais que todalas armas do mundo.

434 (cópia séc. XV): Esta achei primeiramente e nunca i pudi **rem** fazer.

433 (cópia séc. XV): Ora me seerá mau, se esta aventura leixasse meos de acabar, pois tantos homens bõos se trabalharom e nom poderom i **rem** fazer.

432 (cópia séc. XV): E sabede que foi em casa de rei Pescador mas nom acabou i **rem**.

432 (cópia séc. XV): E ele nom lhi respondeu **rem**, mas começou-lhi a dar os maiores colpes que pôde.

430 (cópia séc. XV): e sabede que nunca houve maior vontade de **rem** no mundo como ora receber bautismo e creer na santa lei de Jesu Cristo,

429 (cópia séc. XV): E eu, certas, disse Palamades, por esto que me vós dizedes, nom há **rem** no mundo que eu nom fezesse que a honra se me tornasse,

428 (cópia séc. XV): Palamades nom respondeu a **rem** que lhi Galvam dissesse.

427 (cópia séc. XV): E ele nom lhi respondeu a **rem** e Galvam o teve por desdém grande.

426 (cópia séc. XV): Palamades bem no ouvia mas nom lhi respondeu a **rem**, ante se ia per sa carreira.

424 (cópia séc. XV): Quando seu padre e os da casa viram ca lhi nom falecia **rem**,

423 (cópia séc. XV): Seguramente as vistide, ca per armas nom perderedes **remc**.

422 (cópia séc. XV): E Palamades nom respondeu a **rem** que lhi seu padre dissesse

421 (cópia séc. XV): E ele nom respondeu a **rem** que lhi o padre dissesse,

419 (cópia séc. XV): e trabalhei-me longo tempo e ainda i nom fiz **rem**.

418 (cópia séc. XV): E com aquela demanda, em que nom fezestes **rem** unde vos venha honra, começades outra demanda.

417 (cópia séc. XV): Galvam nom respondeu a **rem** que a donzela dissesse,

415 (cópia séc. XV): E nom dava, disse el, **rem** por em, se nom fosse meu irmão

413 (cópia séc. XV): E el nom respondeu a **rem** que ela disse.

412 (cópia séc. XV): Mas nom ganhou i **rem**, ca o leixei jazendo em terra,

411 (cópia séc. XV): ca bem sabiam ca lhis nom valeria **rem**,

410 (cópia séc. XV): Ai, senhor cavaleiro, nom me mates ca em mÏa morte nom ganharias tu **rem**;

409 (cópia séc. XV): e por em nom vos encubrirei **rem** que quisesse fazer.

407 (cópia séc. XV): E eles disserom que nom sabiam em **rem** e que peça havia que o nom virom.

406 (cópia séc. XV): E ele os preguntou, assi como se nom soubesse **rem**: E que atendês vós aqui?

405 (cópia séc. XV): ca eu vos digo que mim nom durarám **rem**.

404 (cópia séc. XV): cá nom há **rem** por que cuidassem que #III cavaleiros ousassem cometer tam gram feito.

403 (cópia séc. XV): E daquelas aventuras que entom acharom nom conta a estória do Santo Graal **rem**,

402 (cópia séc. XV): Bëeito seja Deus que nos ajuntou, ca nunca **rem** no mundo tanto desejei como veer vossa companha.

401 (cópia séc. XV): Galaaz andou pois muitas jornadas que nom achou **rem**.

400 (cópia séc. XV): E, pois virom que nom achavam **rem** de sûû, partirom-se

398 (cópia séc. XV): Ai, cavaleiro desleal! disse Estor. Nom vos val esso **rem**.

397 (cópia séc. XV): Senhor, disserom eles, nom dedes por em **rem**, ca nós vingaremos este colpe.

396 (cópia séc. XV): e eu nom lhi soube en **rem** dizer

395 (cópia séc. XV): de mais que nom havemos ainda **rem** feto.

394 (cópia séc. XV): E sofrê-se aquela noite tam bem que nom respondeo **rem** que lhi dissessem;

393 (cópia séc. XV): Senhor cavaleiro, tornade-vos e nom dedes **rem** por cometer este mau cavaleiro,

392 (cópia séc. XV): Entom disse Galaaz: Rei Mars, dizede ora todo como foi e nom mentades em **rem**,

391 (cópia séc. XV): ca nom cuidava que **rem** do mundo em podesse escapar.

390 (cópia séc XV): Eu te prometo que mim nom saberás **rem** dizer que eu nom faça por haver teu amor

389 (cópia séc. XV): Ai, Senhor, mercee! Nós nom sabemos **rem** de rei Mars.

388 (cópia séc. XV): E Galaa z houve mui gram vergonha quando viu que o louvava muito e calou-se e nom lhe falou **rem**;

387 (cópia séc. XV): Ora me dizede, disse el-rei, que podemos i fazer, ca nom há **rem** do mundo que de milhor mente fezesse ca matá-lo,

386 (cópia séc. XV): Mas nom podia nembrar quando nem u, nem Galaa z nom lhi preguntou **rem** de sa fazenda por lhi nom preguntar el da sua.

385 (cópia séc. XV): Muito preguntou aquel dia el-rei e a raÏa por Lançarot, mais eles nom lhis souberom em dizer **rem**.

384 (cópia séc. XV): Ai, Senhor! Disse Paramades, por Deus, nom me roguedes em, ca nom há **rem** por que o ora fezesse, ca xi me nom outorga i meu coraçom.

382 (cópia séc. XV): ca el queria dês ali fazer sas cavalarias tam encubertamente que niûû nom lhe soubesse ende **rem**,

381 (cópia séc. XV): Verdadeiramente todolos cavaleiros do mundo nom som **rem** contra este,

380 (cópia séc. XV): Verdadeiramente todolos cavaleiros do mundo nom som **rem** contra este,

379 (cópia séc. XV): E Artur o Pequeno que nom dava **rem** por sa morte nem por sa vida,

378 (cópia séc. XV): Esto nom é **rem**, disse Artur.

377 (cópia séc. XV): Artur o Pequeno nom respondeo **rem** a esto,

375 (cópia séc. XV): Mas de perda que i fezessem nom davam **rem**,

374 (cópia séc. XV): E o castelo da Joiosa Guarda, que nom temia **rem**, é destruido e queimado.

373 (cópia séc. XV): E sabede que rei Mars nom quis **rem** de aquel ganho

372 (cópia séc. XV): E depois nom virom do homem nem dos outros **rem**.

369 (cópia séc. XV): e nunca faziam **rem** que nom fosse contra Deus.

368 (cópia séc. XV): E sabede que tam longo tempo morara em aquela pena que nom havia **rem** de que se cobrir fora de seus cabelos.

366 (cópia séc. XV): E, depois que virom que nom fezerom i **rem**, disserom a Galaaz:

365 (cópia séc. XV): Mas desta donzela nom me falarom **rem**e por esto me maravilho que ventura a adusse aqui.

364 (cópia séc. XV): Se ora vosso padre dom Lancelot aqui fosse, semelhar-m'-ia que nos nom faleceria **rem**.

363 (cópia séc. XV): E Boorz disse que nom sabia i **rem** e

362 (cópia séc. XV): Ai, Arpiam, tu me mataste meu irmão mas nom gaanhaste i **rem**.

361 (cópia séc. XV): Mas eu nom gaanhei i **rem** ca perdi o homem do mundo que mais amava.

360 (cópia séc.XV): Todo esso nom val **rem**, disserom eles,

359 (cópia séc. XV): E por cortesia e por vossa bondade leixade-me ir minha carreira em paz, ca eu nom vos demando **rem** nem mal nom vos quero.

358 (cópia séc. XV): e er tornou-se pera os cavaleiros e nom lhes quis dizer **rem** da fermosa aventura que aveera aa donzela.

357 (cópia séc. XV): Nunca vos vii tam espantado de **rem**.

356 (cópia séc. XV): E Galaaz assi o fez, ca nom ha **rem** que encobrisse ao homem bõõ, ca o amava muito.

355 (cópia séc. XV): e porque viu que nom pudiria durar **rem** contra o cavaleiro estranho,

354 (cópia séc. XV): ca bem vejo que meu rogo nom val **rem**.

352 (cópia séc. XV): entom nom darei **rem** por me conhecerem todos.

351 (cópia séc. XV): E se vos eu algûas cousas dizia que eram feitas em poridade nom sabia em **rem** fora o que me el dizia que vos dissesse.

350 (cópia séc. XV): Senhor, nom poderei **rem** fazer mentre el aqui for.

349 (cópia séc. XV): Mais sa defensa nom lhes valera **rem** contra

348 (cópia séc. XV): E pero tanto era de gram coraçom e de gram força que nunca houve pavor de **rem** que visse,

347 (cópia séc. XV): E el disse: Todo esto nom é **rem** que me dizedes,

346 (cópia séc. XV): Pois guardade-vos de mim, disse o cavaleiro, ca nom há **rem** do mundo que tanto desame como os daquela casa.

345 (cópia séc. XV): Dos outros nom sei **rem** eu.

342 (cópia séc. XV): Dizede, disse Bliobleris, ca nom ha **rem** no mundo que eu por vós nom faça

341 (cópia séc. XV): e mais assi que nom amava tanto sii, nem outra, nem **rem** nom no fazia desesperar de haver seu amor,

340 (cópia séc. XV): em tam alto lugar unde nom podes **rem** haver?

337 (cópia séc. XV): E nom há **rem** no mundo per que eu tam gram honra possa haver como per estas novas,

336 (cópia séc. XV): ca nom há **rem** no mundo que tanto deseje saber.

335 (cópia séc XV): mais d'Artur o Pequeno nom sabemos **rem**.

334 (cópia séc. XV): mais nom pôde em **rem** saber se nom por Morgaim a fada

332 (cópia séc. XV): a mais fremosa **rem** que el nunca viu.

331 (cópia séc. XV): já nom vos ende mentirei de**rem**,

330 (cópia séc. XV): se Deus quiser, defendirei meu corpo contra deslealdade, ca nom hei em **rem**.

329 (cópia séc XV): ca havia gram tempo que nom fezera **rem** d'armas.

328 (cópia séc. XV): Elas nom responderom a **rem**,

327 (cópia séc XV): Esto nom há mester, disse Nabor; nom vos val **rem** que digades.

326 (cópia séc. XV): e com quem nom havia **rem** de linhagem

325 (cópia séc. XV): que te ama tam de coraçom que nom há **rem** que lhi tu digas que por teu amor nom faça.

324 (cópia séc. XV): Esso nom faria eu per **rem**,

323 (cópia séc. XV): e por aquelo cuidava que nom havia com ela **rem** de linhagem.

322 (cópia séc. XV): A dona nom tragia **rem**, que era sa senhora.

321 (cópia séc. XV): Todo esto nom é**rem**, disse Agravaim,

320 (cópia séc. XV): ca bem virom que o de Erec nom valia **rem**.

319 (cópia séc XV): E o cavaleiro, que o nom preguntava **rem**,

317 (cópia séc. XV): se a vingança de Nosso Senhor veesse tam coitadamente como meu coraçom desejaria, nom tardaria **rem**,

315 (cópia séc XV): E, se por al nom é, deve-lo leixar porque som donzela e tal cavaleiro como tu nom deve meter mão em donzela por **rem** que avenha.

314 (cópia séc. XV): e tu nom gaanharás i **rem** ca, se Deus quiser, ainda por em morrerás de maa morte.

313 (cópia séc. XV): e tu, amiga senhora, nom ganharás i **rem**.

312 (cópia séc. XV): Toda via nom val **rem**,

311 (cópia séc XV): nom farei **rem**

309 (cópia séc XV): Semelhou-lhi que estava em ûû chão ermo em que nom havia ervas nem árvor nem flor nem fruito nem **rem** per que homem podesse viver.

307 (cópia séc.XV): esto seeria gram doo em vossa morte e nom ganharia eu i **rem**.

306 (cópia séc. XV): Onde aconteceo que quando Erec, que desto nom sabia **rem**, era já cavaleiro

304 (cópia séc. XV): E nunca acharom quem lhes **rem** falasse.

303 (cópia séc. XV): ca em outra guisa nom vos derei **rem** do que quero.

302 (cópia séc. XV): E nom dava **rem** por morre r nem por viver, fora que o nom visse mais.

301 (cópia séc. XV): Os cavaleiros folgaram alá #III dias e, indo, preguntou Erec a Meraugis de sa fazenda, mais nom pôde em saber **rem**,

300 (cópia séc. XV): E por esso vos conselho que nom façades i **rem**.

299 (cópia séc. XV): Quando Galvam, que era mui lasso e mui cansado da batalha del-rei, viu que se havia de combater, nom lhe prougue em **rem**,

298 (cópia séc. XV): E tenho-me por tam errado que nom há **rem**, nom sei morte que nom sofresse por tal que me nom aveesse.

297 (cópia séc. XV): Senhor, porque fazedes tal doo? Vosso chorar nom vos vai **rem**. Esto é já cousa passada.

296 (cópia séc. XV): e que já sa vida nom era **rem**,

291 (cópia séc. XV): Nom há **rem** per que o leixe

290 (cópia séc. XV): Nunca me creades de **rem** se este nom é Galaaz,

289 (cópia séc. XV): E catou pela nave e nom viu **rem** que a noite era muito escura;

288 (cópia séc. XV): e nom te espantes de **rem**

287 (cópia séc. XV): mas ora era assi coitado de amor que nom desejava **rem** do mundo

286 (cópia séc. XV): ca se nom visse o que dentro havia nom se prezaria **rem**.

284 (cópia séc. XV): mas nom achámos ainda **rem** do que buscamos.

281 (cópia séc. XV): nom era **rem** do mundo per que a i deixasse m estar.

280 (cópia séc. XV): E sabede que aquela vez nom lhes encobriu **rem** do que houve

279 (cópia séc. XV): Nem por **rem** que lhe Persival dissesse

278 (cópia séc. XV): E Lançarot nom lhe respondeu **rem**,

272 (cópia séc. XV): nom há **rem** no mundo por que quisesse.

271 (cópia séc. XV): Aqui u nós somos nom hás tu **rem** de adubar,

270 (cópia séc. XV): e mui negro e u nom havia **rem** de lume,

269 (cópia séc. XV): e nom trazia vestido **rem** do mundo,

268 (cópia séc. XV): ca nom háno mundo **rem** que tanto saber deseje.

267 (cópia séc. XV): mas nunca ele quis dizer nem **rem** da sua fazenda.

266 (cópia séc. XV): e por esso vos nom digo ende **rem**.

264 (cópia séc. XV): e com sanha que nom dava **rem** por sua chaga.

264 (cópia séc. XV): Eu vo-lo direi, disse Gariet, que vos nom negarei ende **rem**,

262 (cópia séc. XV): e ia-se tam toste que nom há **rem** que a acalçar podesse,

259 (cópia séc. XV): e nom semelhava que **rem** fez que lhe Deus devesse a guardecer.

258 (cópia séc. XV): se podesse, mas nom podia por **rem**,

257 (cópia séc. XV): tu és morto em pecado e nunca **rem** valerás

256 (cópia séc. XV): E quando Lionel viu que se nom erguia por **rem** que lhe dissesse,

255 (cópia séc. XV): ca nom há **rem** que se com ele combatesse a seu poder,

254 (cópia séc. XV): E os outros dous irmãos, que nem temiam Lionel de **rem**,

253 (cópia séc. XV): E os outros dous irmãos, que nem temiam Lionel de **rem**,

248 (cópia séc. XV): gram peça que andara na demanda e nom achara **rem** com que muito lhe aprouvesse.

245 (cópia séc. XV): nom faleceriam a donzela coitada por **rem** que aveesse,

244 (cópia séc. XV): em vão me trabalharei desta demanda, ca nom farei i **rem**.

243 (cópia séc. XV): nom faredes i **rem** onde hajades honra.

242 (cópia séc. XV): Como o homem bõõ disse a Galvam que nom acabaria **rem** na Demanda mentre andasse em pecado mortal.

241 (cópia séc. XV): e nom adubaredes i **rem** da vossa prol na demanda.

239 (cópia séc. XV): e entrarom na capela u nom viam **rem** ca nom havia i lume de candea nem de al.

238 (cópia séc. XV): ûa donzela que acharom que lhes disse novas onde se nam pagarom **rem**.

237 (cópia séc. XV): ûa molher toda nûa mui velha e nom cobria **rem** fora seus cabelos

236 (cópia séc. XV): e teverom-se viçosos do que acharom e poderom, sem **rem** que houvessem de comer,

235 (cópia séc. XV): Senhor, disse Estor, nom há **rem** per que o creesse, nem o creerei nunca,

234 (cópia séc. XV): que nom há **rem** do mundo per que o leixássedes a matar

232 (cópia séc. XV): E se me podesse vingar, nom daria **rem** por cousa que me depois viesse.

231 (cópia séc. XV): e nom achámos **rem**.

228 (cópia séc. XV): eu outrossi e nom achámos **rem**

227 (cópia séc. XV): per ventura aa morte, que nom há **rem** per que o leixase a matar.

226 (cópia séc. XV): Nom daríamos **rem**, disserom eles,

223 (cópia séc. XV): ante me disse que já mais cristão nom seria per **rem** ata que aveesse

222 (cópia séc. XV): Senhor, esto vos direi eu que vos nom menterei i **rem**.

220 (cópia séc. XV): bem entendesse que nom daria el **rem** por sua morte;

218 (cópia séc. XV): e jamais nunca haverei honra de **rem** que faça quando per meu pecado

217 (cópia séc. XV): com este cavaleiro estranho que nom sabe **rem** da minha vida.

215 (cópia séc. XV): nunca tanto desejei **rem** como veer o bõõ cavaleiro

213 (cópia séc. XV): ca nom há **rem** no mundo por que vos matasse assi.

211 (cópia séc. XV): e tirou-a e nom pareceu **rem**.

209 (cópia séc. XV): ca nom há **rem** que ele receasse que

208 (cópia séc. XV): Donzela, disse ele, vós nom dizedes **rem** que eu por verdade nom soubesse,

207 (cópia séc. XV): e tirou-a tam ligeiramente como se nam tevesse em **rem**.

205 (cópia séc. XV): e nom podiam **rem** dizer,

204 (cópia séc. XV): mais sei que nom é **rem** ca bem sabedes vós

203 (cópia séc. XV): ca eu nom acabarei i **rem**,

199 (1400-1500): nom ha **rem** que eu nom fezesse

→ PRON REL + REM = coisa

504 (1300): e outras pesoas quaeesquer dos dictos Regnos que Eram obligados e theudos per qual **rem** qualquer que fosem perante o conseruador

487 (1300-1400): elles todos se cataron hûûs os outros e nom ouve hi tal que **rem** dissesse

442 (cópia séc. XV): E eles andavam sãos e folgados que peça havia que se nom combaterom nem acharom aventura que **rem** fosse.

439 (cópia séc. XV): Entom se partirom todos e sairom-se de Corberic e nom acharom homem que **rem** lhis dissesse.

343 (cópia séc. XV): Nom há homem, dissi Tristam, por que ii **rem** fezesse.

→ PRON INDEF/PRON DEF/ADJ feminino + REM = coisa

502 (1340-1360): Custume he que se alguë compra carrega d' algua cousa. fora do termo. & ho uendedor lha ha-de dar ë saluo na villa. & hy nacer algua **rem** de portagë.

501 (1340-1360): Custume he que se o sayõ for a casa do caualejro. penhorar & lhy fezerem algûa **rem**. padesca-o muj bem sen cóómha. assi se guarda.

500 (1340-1360): Custume he que se alguë díz que morej cõ ele. & que peitou algûa **rem** por mî.

498 (1340-1360): E todo peõ ou homë de fora que algûa **rem** quiser demãdar

493 (1300-1400): por quanto eu perdi el rey dom Sancho, meu irmãão e teu padre, que era a **rem**do mûdo que eu mais amava;

480 (1498): sam estpri tos e asemtados Certos capitollos com suas Repostas dos quaaes capitollos e Repostas o teor he o sseguynte **Rem** os enformacam que alguûs Reçebedores, procuradores e ofiçiaes da aRecadaçam

459 (cópia séc. XV): Quando el-rei viu que nom podia fazer em aquel cerco nula **rem** a sa honra,

445 (cópia séc. XV): quando vejo me u filho, a **rem** do mundo que mais amava e o melhor cavaleiro do mundo

444 (cópia séc. XV): E, quando el ouíu que era seu filho, a **rem** do mundo que el mais amava,

453 (cópia séc. XV): Ja mais nom creerei cousa se nom é sanhudo d'algûa **rem**.

441 (cópia séc. XV): Por Deus, se vos errei em algûa **rem**, perdoade-me.

425 (cópia séc. XV): O dia dante aquel que a batalha havia de seer, fez-se armar ante seu padre, que visse se lhi falecia algûa **rem**.

416 (cópia séc. XV): Ca bem sei, disse ele, que algûa **rem** achastes donde viindes

408 (cópia séc. XV): E, por Deus, se em sabedes algûa **rem**, dizede-mi-o

370 (cópia séc. XV): Ora vaamos após el, disse Galaaz, ca me diz meu coraçom que algûa **rem** ende saberemos esta vez.

367 (cópia séc. XV): Sabede que elas som feitas da **rem** que eu mais em mim amava;

353 (cópia séc. XV): esta vilania nom faredes vós que me nom digades algûa **rem** de vossa fazenda.

339 (cópia séc. XV): nom vos encubrades contra mim mais dizede-me algûa **rem** de vossa fazenda

338 (cópia séc. XV): ca eu sou certãio da **rem** do mundo que eu mais cobiçava a saber,

333 (cópia séc. XV): a mais fremosa **rem** que el nunca viu.

310 (cópia séc XV): ca esta é a **rem** do mundo que eu peor quero.

308 (cópia séc XV): e fazia gram dereito, ca o amava mais ca outra **rem** do mundo.

305 (cópia séc XV): se aqui fazer quiserdes algûa **rem** d'armas,

295 (cópia séc. XV): e pola **rem** que mais no mundo amades,

282 (cópia séc. XV): ca ali hei de seer certão da **rem** do mundo que mais desejo a saber;

274 (cópia séc. XV): ja mais nom haveria lidice quando lhe falecera a **rem** do mundo que mais desejara.

273 (cópia séc. XV): ca nom poderei vÏir a cima da **rem** do mundo que eu mais desejava,

263 (cópia séc. XV): como aquel que andava buscando algûa **rem** da sua desonra.

260 (cópia séc. XV): rogade a Nosso Senhor que me mostre ende algûa **rem**,

250 (cópia séc. XV): ca vós me fezestes escarnho da **rem** do mundo que eu mais amava.

249 (cópia séc. XV): E eu vos farei escarnho na **rem** do mundo que mais amades, em vosso corpo.

247 (cópia séc. XV): e por lhe preguntar algûa **rem** da sua fazenda.

233 (cópia séc. XV): eu nom vingo meu sobrinho Patrides, a **rem** do mundo que eu mais amava.

230 (cópia séc. XV): e de Boorz, sabedes algûa **rem**?

229 (cópia séc. XV): De Tristam sabedes algûa **rem**?

214 (cópia séc. XV): eu vos rogo pola **rem** do mundo que mais amedes

201 (cópia séc. XV): E toda **rem** que entendeu per que aquela corte seeria

→ REM = nada

251 (cópia séc. XV): ante que lhe ela **rem** podesse dizer: